

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

ATA N° 008

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de promover uma avaliação do Programa Primeiro Emprego.

Convido para compor a Mesa o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Sr. Prefeito Ezequiel Ângelo da Fonseca; o Sr. Secretário Adjunto da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Carlos Vítor Bona; o Sr. Secretário-Geral da SINDECOBAMRES - Sindicato dos Empregados no Comércio e Bares, José Santana da Silva; o Sr. Bento de Souza Porto, ex-Deputado Federal, ex-Secretário de Planejamento do Estado e do Município; o Sr. Mário Zanata, empresário, dono da rede Gabriela, Meio Preço.

Eu quero justificar de antemão a ausência dos Srs. Deputados, em função de ser uma sexta-feira e a maioria dos Srs. Deputados estar em suas bases, eles já haviam me informado que iriam. Daqui a pouco, nós teremos a presença de alguns Deputados.

Composta a mesa, convido os presentes para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro. (NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Registro e agradeço às pessoas que gentilmente compareceram nesta audiência pública: o Prefeito Municipal de Dom Aquino, Sr. Cleomar José da Costa; o Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Sr. Antônio Junqueira; o presidente da Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, Sr. Alberto Roberto Dellandrea; o representante do Bairro Pedra 90, setor II, Sr. João dos Santos Oliveira; o Sr. Cláudio Cruz, morador do bairro Asa Bela, em Várzea Grande; o Sr. Luiz Aparecido Soares, morador do bairro Santa Laura; o presidente da Federação dos Pescadores, Sr. Lindemberg Lima; o Sr. Carlos Kozuhika, do PTB de Várzea Grande; o Sr. Altair Pedroso da Silva, ex-Vereador do PTB de Várzea Grande; a Sr<sup>a</sup> Janete Riva; o Sr. João Carlos Oliveira Santos, empresário de Várzea Grande; o Sr. Ivandenil Pio; o Sr. Ney Aduino Rodrigues Leite, empresário; a Sr<sup>a</sup> Fabiana Silva Leite, estudante do Colégio Clênia Rosalina de Souza; a Sr<sup>a</sup> Silvana Magda Lino de Souza, estudante do Colégio Padre Agostinho Colli; a Sr<sup>a</sup> Josiane Gonçalves Sales, estudante; o Sr. Rodrigo de Andrade Pinheiro, estudante do Anglo; a Sr<sup>a</sup> Micheli Lara dos Santos, estudante do Colégio São Gonçalo; a Sr<sup>a</sup> Glasiele Romana, estudante do Cursinho Isaac Newton; o Sr. Alan de Andrade Pinheiro, estudante; a Sr<sup>a</sup> Gleydenara Grasel, estudante da UFMT; o Sr. Lorigel Almeida, estudante da UFMT; a Sr<sup>a</sup> Luciene Barbosa Carvalho, esposa do ex-Deputado Federal Bento Porto; o Sr. Joaci Mariano de Souza, assessor da Secretaria do Bem-Estar; o Sr. Arquibaldo Junqueira, representante dos acadêmicos da UNIC Barão; o Sr. Lázaro Donizeti da Silva, representando a Senadora Serys Shessarenko; a Sr<sup>a</sup> Sirley Bernardes, representando o Rotary Clube Taiamã; o Sr. Manoel Barbosa, representando o Rotary Clube Taiamã; o Sr. Rômulo Oliveira, presidente do Bairro Novo Tempo; o Sr. João Carlos Lano, presidente do SIMPEQ/MT; a Sr<sup>a</sup> Fátima Aparecida da Silva, presidente do Bairro Paiaguás II; a Sr<sup>a</sup>

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Catarina Maria de Oliveira, do Centro Socioeducativo do Complexo POMERI; a Sr<sup>a</sup> Maria das Graças dos Santos, representante do Bairro Paiaguás. Nosso agradecimento também a todos os funcionários desta Casa.

Quero agradecer, em especial, ao Sr. Bento de Souza Porto, que, lembrando o 1º de maio, fez um pleito para que fizéssemos esta audiência pública para avaliação do Programa Primeiro Emprego e para falar da situação do emprego no Brasil, especialmente no Estado de Mato Grosso.

Quero comunicar também que recebemos da Sr<sup>a</sup> Adriana da Silva Rodrigues, Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania em substituição legal à Primeira-Dama, a Secretária Terezinha Maggi, um comunicado da impossibilidade de estar presente em função de outros compromissos previamente agendados.

Também agradeço a presença do Vereador Júlio Pinheiro.

Nós faremos uma pequena fala sobre o Programa Primeiro Emprego, um projeto de nossa autoria, no qual trabalhamos desde 1996, e foi aprovado em 1999. Em seguida, nós teremos também a palestra do Sr. Bento Porto, que tem se dedicado a estudar o assunto. Teremos ainda o Sr. Mário Zanata e o Sr. Ezequiel Ângelo, que também falarão.

Eu gostaria, de antemão, de pedir desculpas pelo atraso do início da audiência pública, porque nós recebemos uma comitiva de prefeitos para discutir a questão do ICMS no Estado e, infelizmente, nos atrasamos. Nós gostaríamos de abrir no horário, mas não foi possível.

Eu acho que vou me deslocar para frente - a mesa pode ficar composta - para eu fazer a palestra. Eu gostaria que a assessoria convidasse os Deputados Dilceu Dal Bosco e Humberto Bosaipo, que pediram que avisassem a hora do início da audiência. Diga a eles que nós já iniciamos a audiência pública.

Convido o Prefeito Ezequiel Ângelo para assumir a direção dos trabalhos enquanto nós faremos a palestra.

(O SR. EZEQUIEL ÂNGELO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:43 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (EZEQUIEL ÂNGELO) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Não é nada fácil falar em emprego na atual circunstância, mas é um tema deveras estimulante, que nós devemos comentar todos os dias, até porque eu creio que principalmente o Poder Público, ao longo dos anos - e aqui eu vejo muitos prefeitos -, ele foi aos poucos aprendendo a não fazer aquela gestão feijão com arroz, como nós denominamos, que era fazer estrada, construir escola, a educação, a saúde, que são serviços fundamentais que o município é obrigado a prestar. No decorrer da nossa palestra, os senhores verão que nós temos nos dedicado a um trabalho, principalmente, de convencimento aos gestores públicos, a prefeitos, ao próprio Governador, e é necessário que mudemos o foco da gestão pública.

Eu vou iniciar falando sobre o Programa Primeiro Emprego, que foi fruto de um debate muito intenso aqui na Assembléia Legislativa, Sr. Bento Porto, e quando nós iniciamos a discussão e apresentamos aqui o projeto de lei, ele foi vetado uma vez. Nós o apresentamos pela segunda vez, e foi vetado, mas nós derrubamos o veto, provocamos a discussão, e o Governador Dante de Oliveira aceitou implementar o Programa Primeiro Emprego, com algumas restrições. Infelizmente não conquistamos nenhum avanço, infelizmente ficou no papel.

Depois veio o Governador Blairo Maggi. Houve algumas mudanças no projeto, houve até uma proposta de revogação da nossa lei, para que implementasse uma nova lei em que fosse possível o Poder Executivo colocar em prática. Infelizmente, os resultados práticos foram muito poucos. A juventude mato-grossense participou muito desse debate. Eu me lembro da

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

audiência pública que nós fizemos. Tinha mais de 500 jovens nessa discussão, mas há uma grande frustração quanto a esse primeiro emprego.

Então, nós vamos começar falando aqui... Eu começo falando sobre um artigo que escrevemos há poucos dias sobre a burocratização do emprego. E nesse artigo eu falava que o título, inclusive, foi o de um artigo que escrevi e que foi publicado nos jornais de Mato Grosso. Acredito que a maioria leu. É uma crítica sobre algumas ações do Governo Federal que, acredito, impedem o desenvolvimento da atividade econômica no País e que não criam empregos. Quer dizer, é de uma complexidade tão grande que é difícil até de ser implementado.

Entendo, que é importante para o Parlamentar discutir o tema Emprego. Nesta ocasião espero mostrar a minha visão de como o Governo Federal trata o assunto, e como minha atividade parlamentar abordou o emprego e a renda.

Como a lei do primeiro emprego, que surgiu para ser uma forma dos Governos facilitarem o acesso ao emprego de jovens, comentaremos o programa do Governo federal, que se mostrou ineficiente, sobretudo pelas amarras burocráticas. E mostraremos algumas estatísticas sobre o tema.

Em seguida, nós mostraremos algumas ações parlamentares para a geração do emprego e renda: a discussão da reforma tributária, por exemplo. Minhas preocupações com a condução de um novo modelo tributário no País foram, principalmente, quanto ao fortalecimento dos municípios na divisão do bolo tributário, com a adequação, a capacidade contributiva do cidadão e a não inibição da eficiência econômica das empresas.

Evidentemente, a alta carga tributária inibe a atividade econômica do País e impede as empresas de contratarem mais pessoal. Assim entramos num ciclo vicioso.

Aí nós fizemos uma demonstração, porque é impossível falar de emprego e não vincular isso à questão tributária, especialmente na Reforma Tributária. Todos tinham uma esperança muito grande de que a reforma tributária facilitasse mais, de que desse mais oportunidade às empresas de contratarem, porque a grande verdade é que temos, hoje, no Brasil, um sistema tributário que penaliza os empresários sérios.

Eu dizia que, para mim, Onofre - você que tem se dedicado muito, eu tenho visto os seus artigos, inclusive li o artigo de hoje -, essas empresas, especialmente as pequenas e médias, nós temos um contingente muito grande delas que estão inviabilizadas. O Stephen Kanitz escreveu um artigo na *Veja*, há poucos dias - eu não sei se alguém teve a oportunidade de ler -, em que ele focalizou bem esse assunto. Ele diz que nós chegaremos, daqui a alguns anos, se não me engano em 2009, com mais de 50% dessas empresas quebradas e que, hoje, já temos 35% dessas empresas quebradas, que não fecham as portas porque não têm condições, sequer, de pagar o pessoal, de fazer o encerramento da empresa.

Nós mostramos aqui a evolução do percentual da arrecadação tributária sobre o PIB. Vejam vocês que em 1986 a nossa receita era de 22,4% em relação ao PIB; em 2002, 36,4%; e, em 2004, espera-se que chegue à casa dos 40%. Aí tem gente que faz um comparativo e fala: "ah, mas, a Dinamarca, o Canadá, não sei..." Bom, nós não podemos comparar com a Alemanha, não podemos comparar os serviços que temos com os da Dinamarca, com os do Canadá. O serviço público da Dinamarca é de primeiro mundo. E, infelizmente, o nosso serviço é de terceiro mundo, e a nossa receita é comparada com a de primeiro mundo.

Então, nós vamos mostrando algumas ações. Eu mostrei, por exemplo, que no MT Fomento nós inserimos algumas emendas. E o que nós contemplamos nesse MT Fomento? A bolsa universitária, por entender que a universidade pública não está preparada para formar o contingente de profissional de que nós precisaremos nos próximos dez anos. Alguns falam num número muito otimista, mas eu prefiro ficar num número mais pessimista de que nós precisaremos algo em torno

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

de dez mil novos profissionais. E a universidade pública não está preparada, até porque o próprio Governo tem sido o culpado pelo sucateamento dela. Ela se tornou cara.

Então, nós apresentamos uma emenda no sentido do Governo financiar a bolsa universitária para formação desses profissionais que o Estado vai precisar. Isso, logicamente, é depois de um levantamento. Quais profissionais? Em que setores vamos precisar?

Uma outra emenda interessante é o crédito para os municípios com economia exaurida. Tem gente que me pergunta o que é economia exaurida? Economia exaurida é, por exemplo, um município como o de Ato Paraguai que passou pelo ciclo do garimpo e não se encontrou mais economicamente. Hoje, é um município com um contingente de desempregados de 80% da população. Quer dizer, uma coisa absurda!

E aí, nós vamos encontrar outras experiências, Deputado Humberto Bosaipo - Vossa Excelência que conhece bem a realidade, aqui, do Araguaia, do sul - por exemplo, Poxoréo, que é um município que pode ser muito viável, mas, hoje, tem uma diferença muito grande em relação à Primavera do Leste que está apenas a trinta quilômetros de Poxoréo - o Prefeito Ezequiel sabe disso.

Outra questão é o microcrédito que inserimos no MT Fomento.

Olha, se vocês tivessem noção, Dr. Bento Porto, da importância desse microcrédito... Eu sempre faço essa pergunta e vou fazê-la, novamente, porque vivo estimulando as pessoas a lerem um livro que li, estimulado pelo Maurício e pela Ester, que é "O Banqueiro dos Pobres". Alguém, aqui, já o leu? Então, vou pedir para vocês que leiam e, na outra audiência pública, perguntarei quem leu. Espero que tenha aumentado o número de leitores desse livro, que é importantíssimo.

O economista Mohamad Yunus, que era de Bangladesh, escreveu esse livro baseado numa situação de pobreza de Bangladesh, que acumulava mais de dois milhões e meio de pessoas desempregadas. Como economista, ele convivia muito com uma realidade e passou a conviver com o outro lado, resolveu fazer um estudo e um levantamento, na periferia de Bangladesh, e descobriu que o microcrédito era um das saídas para a geração de emprego.

Muitas vezes, quando se fala em geração de emprego, logo as pessoas começam a imaginar: "olha, temos que trazer indústria". Nem sempre a indústria é o principal fator de geração de emprego ou a solução. Esse economista conta uma história de pessoas que foram pesquisadas nesse seu trabalho, e, para vocês terem uma idéia, com vinte e sete dólares, ele resolvia o problema de quarenta delas.

Se nós falamos em pobreza, imaginem vocês o que era pobreza e o que é pobreza, ainda temos pobreza em Bangladesh, mas imaginem o que era nessa ocasião. Ele conta a história de uma senhora que fazia tamborete de bambu, que comprava o bambu com dinheiro emprestado e ganhava dois centavos de dólar por tamborete. Ela gastava um dólar para comprar o bambu, emprestava esse um dólar a juros caro e, quando conseguiu esse microcrédito, passou a vender o tamborete para quem ela queria, ganhando dois dólares ao invés de dois centavos. Quer dizer, imaginem vocês a transformação da pessoa com esse microcrédito.

Após a leitura do livro *O Banqueiro dos Pobres*, de Yunus, refleti o quanto pequenos valores podem modificar a vida de uma pessoa. Na experiência do autor, na década de 1970, em Bangladesh, apenas um dólar modificou a vida de algumas pessoas, que puderam investir em pequenos negócios e sair da linha de pobreza absoluta para integrar um mercado de consumo e de melhoria na qualidade de vida.

Então, não tenham dúvidas de que, se o MT FOMENTO funcionar conforme está previsto, ele será um grande instrumento de geração de empregos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Discussão das desigualdades regionais. Quem não leu o livro *Desigualdades Regionais em Mato Grosso* leia. É um livro simples, de dados coletados de algumas vivências nossas aqui no Parlamento, que mostra muito a realidade do Estado - eu comentei isso há poucos momentos com alguns prefeitos - e dos municípios, a situação instalada dentro do Estado de desigualdades de um município para outro.

Essa desigualdade pode ser elevada ao nível do Estado e pode ser trazida ao nível da família, de renda per capita de cidadão. Nós chegamos à situação de termos município com valor per capita de ICMS de R\$5,00 por cidadão e município com R\$200,00 por cidadão, quer dizer, uma diferença muito grande. E esse livro *Desigualdades Regionais em Mato Grosso* tem servido de referência para algumas universidades.

Eu descobri, há poucos dias, que o próprio Ministério Público tem referendado esse livro para os promotores trabalharem em suas comarcas, para juízes, quer dizer, é um trabalho, um instrumento, sem dúvida nenhuma, muito importante, especialmente quando aprovamos a nova distribuição do ICMS. Eu acredito que tenha ainda alguns injustiçados - e tem -, mas não dá para fazer justiça por completo, até pela complexidade econômica do Estado. Nós temos municípios produtores de grãos com a produção desonerada, temos municípios de pecuária que têm economia fragilizada e temos município de economia exaurida, que são os que passaram pelo ciclo do garimpo ou aqueles de pequenos produtores. Infelizmente, esses assentamentos do INCRA não têm servido, sua finalidade não tem sido cumprida, suas funções não têm sido cumpridas. O cidadão não tem conseguido permanecer na terra com as condições que o Governo Federal tem dado.

Eu cito aqui a criação de novos municípios, porque tem gente que ainda chega ao absurdo de entrar naquele discurso fácil de defender que não pode criar município. É um absurdo! Quem defender essa tese, tem que conhecer os Estados Unidos.

Eu fiz questão, Dr. Bento, de passar por esta situação e fazer uma explicação.

Em um Estado grande como Mato Grosso, com município maior do que alguns países da Europa, é preciso ampliar o número dos municípios, como fizemos durante o nosso mandato, pois com a administração pública mais perto do cidadão pode-se gerar emprego e renda.

Sempre é bom lembrar que o sistema federativo dos Estados Unidos tem esse princípio, pois lá, com uma área muito semelhante a nossa, são aproximadamente vinte e dois mil municípios. Grave bem isso quem fica criticando que o Brasil tem cinco mil e poucos municípios e o Estado de Mato Grosso tem cento e quarenta e um, os Estados Unidos têm vinte e dois mil municípios, enquanto que no Brasil, temos cinco mil e quinhentos. Lá para uma população de duzentos e noventa milhões de habitantes são mais de vinte e dois milhões de funcionários públicos, sem contar os militares, enquanto aqui temos cento e setenta e cinco milhões de habitantes e menos de quatro milhões de empregados públicos. Nos Estados Unidos o emprego público é fonte importante para o desenvolvimento da economia, e aqui também deveria ser.

Só para vocês terem uma idéia, quando eu falo aqui que é preciso sair da mesmice... E nós vamos fazer uma reunião, especialmente o PTB, com os nossos pré-candidatos a prefeitos, porque nós queremos pregar que é preciso sair da mesmice e parar com a gestão feijão com arroz.

Fazer estrada, ponte, escola, isso é obrigação do prefeito, e é muito fácil fazer isso. Eu, por exemplo, cito como referência, Cleomar, muitas vezes, o seu município. Um município que nem tem uma economia tão privilegiada, mas que você conseguiu gerar um número de emprego grande, incentivando a indústria, muitas vezes até o município bancando.

Tem gente que condena o município por incentivar e até dar incentivo para a implantação de uma indústria, mas não faz as contas dos empregos que vai gerar aquela indústria. Eu vi lá o que você fez com a fábrica de palmito, com a cerâmica, com o negócio da mamona, as

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

condições que você criou para gerar emprego, se eu não me engano, são aproximadamente quinhentos empregos. Eu cito isso em quase todas as minhas palestras.

Uma das coisas que vamos pedir aos pré-candidatos a prefeito do PTB é que já comecem a pensar em reservar um pedacinho do recurso do município, para criar um instrumento que seja legal para, através de uma política de microcrédito, incentivar o cidadão e gerar emprego.

Eu conto sempre uma história de uma senhora que foi na minha casa pedir uma batedeira de bolo. Eu sempre falo isso porque eu acho que esse é um exemplo muito simplista, mas que funciona. A mulher tinha perdido o marido e falou: “Deputado, eu preciso de uma batedeira de bolo, e eu já me viro!”. E eu me lembro que eu dei a batedeira de bolo para a mulher e lembro que ela conseguiu sobreviver, conseguiu melhorar a renda da família, conseguiu criar os filhos, estudar os filhos, mora por sinal no mesmo bairro que eu, no Bairro Boa Vista, lá em Juara. E a mulher é muito agradecida por isso. Imagine o que representou cento e oitenta reais, que compraram naquela época a batedeira de bolo e a matéria-prima para ela iniciar. Veja quanto que, às vezes, um pouquinho resolve a vida do cidadão.

Em seguida, nós vamos ver um quadro sobre a Lei do Primeiro Emprego, em cima do qual farei algumas explicações para quem se destina a Lei nº 7.729/99, Sr. Mário Zanata.

O Sr. Mário Zanata é empresário e já executa essa política do primeiro emprego há muito tempo. Imaginem vocês se os municípios encampassem essa bandeira do primeiro emprego, se as grandes empresas encampassem, como o Sr. Mário Zanata encampou, a bandeira do primeiro emprego, se os Estados encampassem e se a União quisesse, de fato, colocar a Lei do Primeiro Emprego para funcionar, sem burocracia, porque quando burocratiza, dificulta. O que na verdade fez o Presidente Lula foi burocratizar a lei e impedir que a lei gerasse emprego. Para vocês terem uma idéia, gerar seiscentos empregos no Brasil em quase um ano, se não me engano são seiscentos empregos, aqui em Mato Grosso parece-me que nós temos cinco Programas Primeiro Emprego. É muito pouco para um contingente tão grande de jovens desempregados.

Então, veja lá, para jovens entre 16 e 24 anos que estejam estudando o ensino formal e desempregados, destina-se a lei. Qual o papel do Governo? Regular, arcar com os cursos de gerenciamento e de seleção dos candidatos, criar benefícios fiscais para as empresas que participam do programa. Mato Grosso vai gastar este ano perto de um bilhão de incentivo. Será que desse um bilhão não poderia gastar cem com emprego. Eu acho que deve ser 10% apenas. Esse um bilhão deve estar concentrado onde? Nos grandes produtores, no algodão e em outros inúmeros programas que nós referendamos.

Eu não tenho nenhum constrangimento de falar que eu ainda acredito na política de incentivo. Eu não acredito na política de incentivo mal executada. É preciso um acompanhamento da política de incentivo, porque alguém cita: Olha, nós abrimos mão de um bilhão de reais de receita, nós abrimos tantos postos de trabalho, nós geramos através dessa política de incentivo uma produção primária elevadíssima, que você buscando a indústria, você está automaticamente gerando emprego. Então, é um desdobramento.

Qual o papel da empresa? Inscreve-se no programa. Compromete-se a não desempregar, deve manter o posto de trabalho para jovens à disposição do programa e recebe benefícios fiscais;

O que o jovem recebe? Remuneração de R\$ 250,00 e direitos trabalhistas durante doze meses;

Qual a participação da sociedade? Sindicatos e Conselhos podem participar para criar critérios de seleção.

Diferentemente da lei federal, precisa do envolvimento do Governo do Estado e dos empresários.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Eu não acredito que sem o envolvimento dos empresários e do Governo do Estado você possa gerar emprego. É por isso que eu falo que é muito complexa e burocrática a lei federal.

“É uma ação que combate o grave problema do desemprego juvenil que possui relação direta com a criminalidade no Brasil.”

Alguém tem dúvida disso? Que criminalidade tem muito a ver com o desemprego? Esses dias eu ouvi um Senador dizendo que não tem nada a ver uma coisa com a outra. Isso é um absurdo, não ter nada a ver uma coisa com a outra. Lógico que tem, é uma relação direta, desemprego e criminalidade.

“Uma pesquisa do SEADE/DIEESE aponta que 60% dos jovens entre 15 a 17 anos estão desempregados...”

Esse Senador dizia que era uma questão de índole, com o que eu discordo, às vezes a índole tem alguma coisa a ver com a barriga, também.

“... E que 53% dos jovens entre 18 a 24 anos também estão desocupados. É um contingente muito elevado.

Já outra pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo apontou que entre outubro de 2000 a setembro de 2003, na cidade de São Paulo, enquanto a taxa de desemprego aumentou 22% e a renda média do trabalhador caiu 33%, os assaltos aos motoristas de automóveis subiram 74%...”

Aqui está uma prova da relação desemprego/criminalidade:

“...Os assaltos a ônibus subiram 22% e a inclusão de menores ao crime subiu 69%.” Os números mostram que é preciso resolver os entraves que dificultam o Programa Primeiro Emprego a prosperar.

E, diferentemente do que falou o Presidente Lula, não é a obrigatoriedade das empresas e não desempregar outros postos de trabalho, enquanto o Estado tiver bancando um jovem no primeiro emprego. O problema é a burocracia do programa federal. Alguns empresários do FOREMAT me disseram que tentaram se inscrever no programa, mas foi impossível e que eles compreendem que manter a força do trabalho é um avanço, pois se muitas empresas fizerem isso, aumentará o mercado consumidor, num círculo virtuoso.

Algumas experiências de sucesso, alguns programas: nós temos aqui Centro de Integração Empresas/Escola, que é um programa da União, para estágio de jovens que cursam o ensino médio ou superior. Existem em todos os Estados 14 mil escolas e 110 mil empresas; PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, prioritário para desempregado, com ou sem seguro desemprego, e jovens que buscam emprego. Procuram melhorar a qualificação da mão-de-obra para ampliar as suas possibilidades de empregabilidade. Programa de qualificação entre 1995-2000, realizou curso para 11.600 trabalhadores. Em Mato Grosso capacitou 35.600 pessoas no ano de 2000.

Jovem cidadão, meu 1º emprego, é um programa de São Paulo para jovens entre 16 a 21 anos que não estejam trabalhando, e cursando o ensino médio na rede estadual. Garante estágio sem vínculo empregatício de seis meses, quatro horas por dia, com remuneração mínima de R\$130,00, vale transporte, seguro de vida e contra acidentes. O Governo arca com R\$ 65,00, seguro seleção e gerenciamento do programa. As empresas arcam com vale transporte e é complementação da remuneração. Para a região metropolitana de São Paulo, o programa visa atingir 60.000 jovens neste ano.

O bolsa trabalho, que é um programa da cidade de São Paulo, para jovens desempregado entre 16 e 20 anos, residente em bairros pobres da periferia de São Paulo, bolsa com duração entre oito e vinte a quatro meses, o jovens recebe informação sobre cidadania, e participam de atividades comunitárias, recebem auxílio mensal de R\$90,00 e mais R\$56,00 de vale transporte.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O pacto social passa pela mobilização da sociedade na busca do conceito do ganha-ganha.

O Poder Público investe na geração de emprego e renda. Os empresários assumem posturas de responsabilidade social e a população alcança melhoria na qualidade de vida.

Olha, é um assunto deveras complexo, porque tudo tem a ver com a economia, O homem público, quando elabora seu programa de Governo, a primeira coisa que ele pensa, porque esse é um sentimento que está no seio da sociedade, é em passar para a sociedade, Deputado Bosaipo, que ele vai gerar tantos empregos.

Como dizia o Presidente Lula, vai gerar 10 milhões de empregos. Eu, sinceramente, sempre duvidei que fosse possível gerar 10 milhões de empregos se não houvesse mudanças radicais. Quando fosse votar uma tributária, você não podia apenas discutir a questão do caixa da União, a questão do caixa dos Estados, dos Municípios. Era necessária uma discussão mais ampla. Nós temos hoje na informalidade também... E a informalidade existe por quê? Um grande problema. A informalidade existe porque a carga tributária é elevada. Ao invés do Governo criar mecanismos de combate à sonegação, ele cria mais impostos. Se falta dinheiro em caixa, é muito fácil o Governo Federal lançar mão da CPMF, ampliar a Imposto de Renda, o IOF, amplia-se a COFINS e assim por diante.

Então, é uma discussão muito mais ampla. Não adianta dizer que nós temos a solução para o problema do emprego no Brasil. Eu acho que a solução do problema do emprego no Brasil é uma coisa muito complexa, que depende das instituições, depende dos Governos Federal, Estadual e Municipal; depende de uma parceria com o setor empresarial. Não há que se falar em programa de geração de emprego sem essa parceria com empresários.

O Poder Legislativo tem se dedicado a um trabalho muito intenso. Nós temos feito de tudo para tentar fazer com que o Estado empregue o contingente de desempregados que temos. Como nós produzimos este livro “Desigualdades Regionais”, que é um produto da Casa, da Assembléia Legislativa, produzimos também “Que reforma é essa?”, uma crítica ao sistema tributário brasileiro. E quem não leu... Nós temos mandado editar, temos livros... Alguém já leu este livro? Quem leu? Eu já entreguei para muita gente que está aqui e que não leu. É tão pequeno este livro. Leiam.

Nós instituímos o Prêmio Sávio Brandão para dar oportunidade, também, aos acadêmicos, aos jovens, à sociedade, de se manifestar, de trazer idéias para cá para serem debatidas.

Então, eu quero aqui agradecer, porque aqueles que estão aqui são os que têm interesse na causa. O Poder Legislativo continuará fomentando essa idéia, essa discussão. Vamos tentar fazer, e eu peço aos prefeitos que estão aqui presentes, que comecem a pensar em programas de geração de emprego, como fez o Cleomar; comecem a pensar em política de micro-crédito, quem sabe uma parceria da MT FOMENTO com os municípios, para gerar emprego de fato. Porque nós tivemos programas que investiram milhões e milhões aqui, especialmente no Estado de Mato Grosso, como foi a SUDAM, como foi o FCO, como foi o BNDES, mas sem nenhuma preocupação com a geração de emprego. Nós temos recursos da SUDAM, na ordem de doze milhões, como eu vi esses dias, que geraram três empregos. Imaginem os senhores o Governo Federal ter a irresponsabilidade de liberar doze milhões de reais para um cidadão gerar três empregos. Imaginem os senhores o que seriam esses doze milhões de reais bem aplicados num programa de geração de emprego consistente, sério, com a participação da sociedade e do setor empresarial. Então, são essas coisas que questionamos. A União não pode, hoje, liberar grandes montantes para estimular o desenvolvimento sem se preocupar com a geração de emprego.

Eu quero agradecer e dizer que teremos outros palestrantes. Será aberta a possibilidade de sugestões e debates. Eu acho que é um dia de reflexão, muita gente diz que não tem



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

o que comemorar amanhã, mas a maioria tem. Aqueles que estão empregados façam tudo para manter seus postos de trabalho, capacitem-se, aperfeiçoem-se, busquem estar cada vez mais informados, porque existe uma dificuldade de acesso ao trabalho. Quando alguém tem essa facilidade, deve fazer de tudo para não perdê-la, porque tem um contingente que tem o que não comemorar, são 38,5% sem renda no Brasil. Imaginem os senhores o que é um país com 38% de sua população ativa sem renda. É preocupante. Muito obrigado pela participação (PALMAS).

Gostaria, inicialmente, de agradecer a presença do meu colega e Deputado Estadual Humberto Bosaipo, que também tem se dedicado muito ao assunto. Uma das boas idéias, inclusive do Deputado Humberto Bosaipo, foi a criação do Banco do Povo, que também foi muito debatido aqui.

Gostaria de registrar e agradecer a presença do Sr. Calixto Silva, o Calixtão, Prefeito Municipal de Vila Rica; do Sr. Júlio Campos Neto, empresário, filho do Conselheiro Júlio Campos, ex-Governador e ex-Senador; da Prefeita de Luciara, Sr<sup>a</sup> Noely; da Sr<sup>a</sup> Maria das Graças Rodrigues; da Sr<sup>a</sup> Arlinda Alves Ferreira; do Sr. Valdir Serafim, que é Professor da UFMT; do Sr. Éder de Moraes Dias, Diretor da MT-FOMENTO, a quem gostaria de convidar para fazer parte da mesa.

Nós depositamos uma grande esperança na MT FOMENTO. É lógico que não podemos acreditar que a MT FOMENTO vai resolver a situação do Estado, mas vai ajudar a minimizar, especialmente se for executada essa política do microcrédito, na qual eu acredito muito.

Registro a presença da Sr<sup>a</sup> Maria Carmo Fortes, presidente da Associação de Moradores do Bairro da Manga, em Várzea Grande; do Sr. Paulo Bonassa, representante da Deputada Verinha Araújo; do Sr. Raniel Antônio Corte, Prefeito de Pontal do Araguaia. Muito obrigado pelas presenças.

Acredito que iremos, primeiro, passar pelo ciclo de palestras e depois abrir para o debate. Já temos pessoas inscritas, mas antes de passar a palavra, quero fazer um registro: tem uma parcela considerável do setor empresarial de Mato Grosso que tem se dedicado a discutir exaustivamente os problemas de Mato Grosso, e o FOREMAT tem feito essa discussão, inclusive era pouco comum no Estado empresários irem ao Secretário de Fazenda para mostrar sua preocupação em ajudar no incremento da receita.

O Sr. Mário Zanata é um desses empresários que tem participado dessa discussão. Nós tivemos nesta semana uma discussão muito saudável com o Governador do Estado sobre a implantação da produtividade para os fiscais, quando os empresários mostraram sua preocupação e foram inseridos no processo para a regulamentação da lei, mas temos empresários que sonham, assim como temos empresários também bons, que se preocupam com a parte social. O Sr. Mário Zanata tem sido um desses empresários. Aliás, o Sr. Mário Zanata já empregou mais do que o Programa Primeiro Emprego do Governo Federal aqui em Mato Grosso.

Eu concedo a palavra ao Sr. Mário Zanata, por dez minutos, para que ele fale um pouco dessa sua experiência.

O SR. MÁRIO ZANATA - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva, Deputado Humberto Bosaipo, demais autoridades, em primeiro lugar, eu queria agradecer pelo convite e dizer que me sinto honrado. Por outro lado, peço um pouco de compreensão, porque não é a praça dos empresários falar em público e prestar certos depoimentos, mas irei me esforçar para que os senhores entendam e recebam a mensagem que quero transmitir.

A minha pretensão não é fazer nenhuma palestra, mas apenas um depoimento, um pequeno histórico em cima do que foi feito, como foi feito e quais os resultados que atingimos. No final, se possível, trazer algumas idéias do que o Poder Público pode fazer para nos ajudar a melhorar esse programa.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Cabe aqui um pequeno histórico de uma empresa que é genuinamente várzea-grandense, nasceu em Várzea Grande, em 1975, que é a nossa empresa, fundada pela Dona Valma, e a partir de 1980 eu passei a integrar, porque antes eu fazia parte da diretoria de uma empresa muito grande que se instalou na Várzea Grande, e eu passei a integrar essa nossa empresa.

A partir de 1980, eu passei a integrá-la e faremos, se Deus quiser, trinta anos de Mato Grosso no ano que vem, trinta anos de funcionamento dessa empresa. Sentimo-nos honrados, porque sabemos que historicamente a maioria das empresas não passa do primeiro, segundo, terceiro, quarto ano de existência.

Obviamente isso também foi fruto de um certo esforço. Não tanto de esforço, nem de trabalho, não queremos enaltecer isso, mas de persistência, porque é muito importante determinarmos um foco onde se quer chegar, focar aquela direção, e sempre pedrinhas e problemas vão aparecer no caminho, mas eles terão que ser superados.

Isso posto, eu queria passar o histórico desse Programa Primeiro Emprego, que nós criamos e depois passamos a chamar Projeto Encaminhar. Se alguém comprou em nossas empresas, no Meio Preço, está escrito na camiseta, embaixo de “Meio Preço”, “Projeto Encaminhar”. Esses meninos que estão com essas camisetas nas quais está escrito Projeto Encaminhar, eles estão em processo de treinamento, ou já passaram pelo processo de treinamento e estão em fase de plano de carreira.

Por que surgiu esse projeto? Há dez anos, mais ou menos, eu não posso precisar a data exata, mas em 1995, numa reunião de família, decidimos que precisaríamos estudar, vamos dizer assim, a participação social da empresa dentro do Estado de Mato Grosso. O que a empresa poderia fazer, de social, para o Estado de Mato Grosso? E aí entrou um projeto e uma idéia. Nós poderíamos fazer de várias formas, fazer contribuições para entidades filantrópicas, fazer “n” tipos de doações, de participações sociais, mas que seria como o Deputado Riva falou, seria um mesmismo fazer aquilo, aquele feijão com arroz que todo mundo faz.

O que nós poderíamos fazer de diferente para devolver à sociedade mato-grossense aquilo que ela nos deu? E a família decidiu que faria um programa de treinamento e preparação de jovens para o primeiro emprego. Num cálculo que todo mundo faz e qualquer empresário faz, sabe que a preparação de jovens para o primeiro emprego economicamente não é viável. O custo que ele tem supera o benefício que se tem a curto e a médio prazo. Era uma forma que nós tínhamos de retribuir e de devolver à sociedade aquilo que eles nos deram. Nós decidimos implementar esse programa, mesmo porque nós pensamos também na empresa. Por que não montar um programa de contribuição social que, pelo menos, em longo prazo, nos desse um retorno, um retorno de produtividade, um retorno de profissionais formatados de acordo com a necessidade da empresa, um retorno de fidelidade de equipe, fidelidade de funcionários, fidelidade de colaboradores que você tenha dentro da empresa?

Então, nós unimos o útil ao agradável, só que é um projeto de longo prazo. E começamos, então, em 1995, a pegar os meninos e as meninas de 16 a 18 ou 19 anos que não tivessem carteira assinada ainda, que não tivessem nunca trabalhado; e a admiti-los na função de auxiliares de comércio, estoquistas, repositores nas lojas Meio Preço, com um plano de carreira de que eles ficariam trabalhando nessas lojas durante o período de aproximadamente um ano, em treinamento. Esse treinamento passaria necessariamente por várias etapas, principalmente por uma etapa que eu chamo de vocação para o trabalho, em que tem de se explicar a esse jovem, que nunca trabalhou, o que é um trabalho, qual é a responsabilidade que se tem dentro de um trabalho, a disciplina necessária para que realmente você consiga permanecer nesse emprego e toda a parte de preparo profissional.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Nós passamos a fazer um treinamento que eu, pessoalmente, fazia durante os primeiros cinco anos. Um treinamento em loja, todos os dias pela manhã. Os meninos começavam meia hora antes; em vez de começar às 08:00 horas, começavam às 08:30 horas e recebiam meia hora a quarenta e cinco minutos de aula todos os dias. E o programa foi começando a apresentar resultados. Nós tivemos algumas pedrinhas no caminho também, porque como falou o Deputado Riva, a Legislação Trabalhista - que é um calhamaço deste tamanho, que tem uma emenda sobre a outra, sobre a outra, sobre a outra e que você não sabe aonde termina -, também cria alguns impasses, problemas, do tipo problema de horário, problema de preparação: “mas, esse menino que é um *trane* de vendas está dentro da loja e está ganhando salário mínimo de auxiliar de comércio”. Mas, se você está treinando ele para ser vendedor, o Sindicato já quer que você pague para ele o salário de vendedor, porque o piso do salário de vendedor é bem maior que o piso do salário de auxiliar geral. Aí começa a inviabilizar o projeto.

Todos esses são problemas com os quais nós sentamos com o Sindicato, e de uma forma não como a que nós queríamos, mas de uma forma melhor, nós conseguimos equacionar.

Existem problemas, hoje, em Campo Grande... A nossa empresa também está em Campo Grande. Tem uma empresa da Prefeitura, chamada Mirim, que prepara os meninos e os seleciona para nós. O Ministério do Trabalho entende que nós não podemos contratar esse menino como *trane* e que teremos que contratá-lo só através do Programa Primeiro Emprego, que vocês viram que não funciona, que é inviável, não tem condições de fazer funcionar. Então, pedras e problemas nós realmente tivemos.

Eu queria prestar aqui um depoimento: apesar de todos esses problemas, a alegria e a satisfação que nós temos - a Dona Valma e eu, e tem os meus filhos, agora que assumiram a empresa, que já estão chegando aos vinte e oito, vinte e nove anos, e muitos dos senhores os conhecem; são várzea-grandenses, nasceram aqui, são cuiabanos, são mato-grossenses - em receber seguidamente ligações de mães nos agradecendo pela oportunidade que nós demos a esses meninos de se tornarem profissionais; pelos puxões de orelhas que nós demos, quando faltaram aula. Porque nós pedíamos para eles trazerem as notas, nós monitorávamos as notas, nós os beneficiávamos a título de oportunidade àqueles que tinham notas melhores e maior disciplina dentro da empresa, através de uma avaliação. Depois de um ano, eles faziam um teste, faziam uma prova e poderiam ser promovido a vendedor, a caixa, a estoquista.

Eu queria passar alguns números para que os senhores possam ter uma idéia de até aonde nós chegamos com esse programa. A nossa empresa, hoje, está com trinta e sete lojas nos dois Estados: Mato Grosso e Matogrosso do Sul. Estamos com aproximadamente com 1.000 funcionários. Desses 1.000 funcionários, 220, mais ou menos - não tenho o número exato, porque isso muda todo o dia - são meninos que passaram pelo Programa Primeiro Emprego. Duzentos e vinte é o lucro que tivemos com esse programa. Eu acho que o trabalho compensou!

Realmente, esses meninos são meninos fieis, são meninos que não imaginam trabalhar em outro lugar a não ser em nossa empresa, e meninos que vão fazer carreira dentro da empresa. Desses 220, nós já temos 10, na área de gerência de loja, já ganhando salários bem maiores do que os do Programa Primeiro Emprego.

E esses outros 800? - vocês me perguntam. Porque foram 1.000 que passaram no programa também - por coincidência um número parecido. Desses 1.000 meninos que entraram no programa, em 9 anos, nós tivemos uma retenção de 20, 25%. É baixa! É baixa, realmente, porque o recrutamento em seleção não é muito discriminatória; e sim em cima mais da necessidade que vemos do menino trabalhar.

Um dos critérios de recrutar é perguntar: você realmente precisa trabalhar? Essa sua remuneração vai para onde? É para ajudar família, para ajudar escola, para ajudar o quê? E, em

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

cima dessa seleção é que nós escolhemos os meninos, porque nós acreditamos que quem não precisa trabalhar, não vai querer se esforçar em realmente participar do programa.

Então, o aproveitamento eu acho que é baixo. Poderia ser melhor. Eu tinha a pretensão de que o aproveitamento fosse na faixa de 50%, mas não foi. Foi de 22, 25%. E esses meninos estão fazendo carreira lá dentro e estão satisfeitos.

Agora, uma colocação do que o Estado poderia fazer para melhorar esse programa: a legislação que regulamenta o trabalho é uma regulamentação federal. e o Estado não pode mexer nisso. Agora, o Estado poderia criar um benefício e criar uma forma de nos ajudar a discutir com o Ministério do Trabalho e com a Delegacia alguns quesitos que atrapalham esse tipo de trabalho. Olhem que o grande problema do menor do primeiro emprego - nós não queremos descumprir lei nenhuma -, mas é tanto empecilho, tanto probleminha tipo esse, por exemplo, que o Delegado do Ministério do Trabalho do Mato Grosso do Sul - eu fui falar, pessoalmente, com o Delegado - disse que eu não posso empregar os meninos da Mirim, durante um ano do Primeiro Emprego, porque contraria a lei federal do Primeiro Emprego, que não está funcionando. Vejam o absurdo! Nós queremos criar, queremos investir no primeiro emprego, mas o Estado, por um lado, não deixa, puxa-nos o tapete. Esse é o maior impeditivo, por que empresários não conseguem fazer decolar programas do primeiro emprego.

Se pegarem depoimentos de empresários em cima desse Programa do Primeiro Emprego do Governo Federal verão que - e o Deputado Riva falou claramente aqui, eu vou repetir porque é muito importante - é burocracia. Eles cercam de tantas formas, achando que o empresário é um bandido e que vai pegar esses meninos para se aproveitar deles, que você não consegue fazer cumprir o programa.

Então, eu peço aos senhores que estão aqui, uma platéia muito rica que está aqui, nesta oportunidade que tenho agora, para, quando chegarem aos senhores programas como esse, tentarem desburocratizar, tentarem limpar e acreditarem que o empresário é uma pessoa honesta, que tem o maior interesse em tratar bem o seu funcionário. Quem vocês pensam que toca a minha empresa? Sou eu? Não. Quem toca a minha empresa é aquele pessoal meu que está na frente da loja, são as pessoas que nós contratamos, que têm que ser muito bem tratadas, bem remuneradas e que têm que estar satisfeitas no trabalho.

O empresário é o maior interessado em tratar bem o seu funcionário, mas parece que o Governo pensa o contrário, Deputado. Eu não sei se estou sendo um pouco atrevido aqui, mas ele pensa ao contrário. Ele pensa que toda hora nós estamos querendo enganar alguém. E isso não é verdade. Pode ter empresários que estejam fazendo isso, como há maus empresários, há maus em todas as categorias sociais, inclusive na política do país.

Eu queria encerrar a minha conversa com um apelo, Deputa Riva, que o Governo olhe os empresários como pessoas que têm interesse em fazer com que a sociedade funcione. O que nós dizemos quando venho falar com Vossas Excelências sobre o FOREMAT que os empresários querem? Os empresários são os maiores interessados em que este Estado decole, que este Estado ande, que este Estado cresça, porque se o Estado crescer as nossas empresas crescerão.

Era este depoimento que eu gostaria de deixar. Obrigado pela atenção. Eu terei o maior prazer em responder perguntas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós queremos agradecer o Sr. Mário Zanata pela participação.

Queremos convidar para proferir sua palestra...

Antes, queremos registrar e agradecer a presença do Prefeito de Porto Alegre do Norte, Paulo Vilela.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Queremos convidar, para fazer a sua palestra, o Sr. Bento Porto, que provocou a Assembléia Legislativa a convocar esta audiência pública. Então, queremos, de antemão, agradecer o Dr. Bento Porto e convidá-lo para usar da palavra.

O SR. BENTO PORTO - Sr. Presidente Riva, autor desta audiência pública e também autor da Lei do Primeiro Emprego em Mato Grosso, denotado esforço vem fazendo nesse sentido; Deputado Humberto Bosaipo, que muita honra esta audiência pública; Prefeito Ezequiel, em nome de quem saúdo todos os componentes desta seleta Mesa; Dr. Antônio, Prefeito de Quatro Marcos, em nome de quem saúdo também todos os prefeitos que estão aqui presentes; Janete Riva, minha grande amiga, em nome de quem saúdo todas as mulheres aqui presentes; Vereador Júlio Pinheiro, em nome de quem saúdo todos os vereadores e candidatos a vereador, políticos aqui presentes; Sr. Mário Zanata, em nome de quem saúdo todos os empresários que estão aqui atentos; ilustre amigo Onofre Ribeiro, em nome de quem saúdo toda a imprensa que está aqui; jovens, senhores e senhoras:

Eu vou falar sobre três aspectos. O primeiro é sobre umas considerações do desemprego no Brasil, sobre o crescimento da economia no Brasil, sobre o lucro dos bancos e, finalmente, uma proposta concreta para o país, de uma maneira grande, sem a pulverização de recursos e de iniciativas que estão por aí, às vezes, até excelentes iniciativas, mas que, no cômputo geral do país, não têm efeito no processo de desenvolvimento e nem na redução do problema do desempregado.

Duas condições, meus senhores, são essenciais para uma população alcançar um nível de bem-estar razoável. Primeira, é o fornecimento de serviços públicos de boa qualidade pelo poder público, serviços públicos de boa qualidade, como saúde, educação, segurança, transporte urbano e etc. A segunda condição para que se tenha bem-estar é emprego. As pessoas precisam ter dinheiro no bolso para comer, vestir e andar. Não existe bem-estar sem dinheiro no regime em que vivemos. Os benefícios econômicos, sociais e psicológicos do emprego são incalculáveis para os jovens, para as famílias.

O Brasil, Presidente Riva, tem 9 milhões de pessoas desempregadas, 46,5% de jovens de 16 a 24 anos, ou seja, 4,2 milhões de jovens de 16 a 24 anos estão desempregados. Então, não são iniciativas pulverizadas por aí afora e nem com uma lei atravancada como essa lei que o Presidente Lula assinou e a anterior que o Presidente Fernando Henrique também ensaiou, que vai se resolver o problema deste País. A taxa de 85% dos crimes contra o patrimônio tem co-relação estreita com o desemprego, conforme já disse aqui o Deputado Riva. A taxa de desemprego no Brasil cresceu assustadoramente nos últimos anos.

Em 1995, no primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, essa taxa era de 4,6% sobre a população economicamente ativa. 4,6% da população economicamente ativa estava desempregada em 1995. Em 2002, no último ano do Governo Fernando Henrique, 7,1%, quer dizer, houve um aumento de 54,3% nessa taxa de desemprego. Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, encerrou com 12,3%. Com relação ao último ano do Governo Fernando Henrique, houve um aumento de 73,2% nessa taxa de desemprego.

O desemprego na Grande São Paulo hoje atinge 19,9% da população. A Grande São Paulo tem hoje quase 2 milhões de trabalhadores na rua pedindo emprego. São Paulo é o coração econômico deste País.

E o Programa Nacional do Primeiro Emprego não decolou, como o Sr. Zanata já falou, como nosso Presidente já colocou aqui com muita propriedade - foi até autor de uma lei estadual, mas, infelizmente, estamos ainda na estaca zero.

O segundo item que está relacionado com a questão do emprego diz respeito a algumas considerações sobre o crescimento da economia no Brasil.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

No último ano de Governo Juscelino Kubitschek a economia brasileira cresceu 9,5%, o PIB cresceu 9,5%. Juscelino Kubitschek mandou o FMI às favas. Construiu todo esse parque industrial que temos, toda infra-estrutura rodoviária, a grande infra-estrutura rodoviária, energética, as grandes usinas foram feitas por Juscelino Kubitschek. Ele mandou o FMI às favas. No último ano do seu Governo a economia estava crescendo a 9,5%, uma taxa extraordinária de crescimento.

No período de 64 a 85, período da Ditadura, nós chamamos de Ditadura, a economia cresceu, na média desses vinte e poucos anos, 6,4% ao ano.

No período da Nova República, de 86 a 2003, até o ano passado, a economia cresceu, na média, 2,2%. No período da Ditadura, 6,4%; no período da Nova República, que tem mais proselitismo do que realizações, do que coisas concretas, proselitismo ideológico, fisiológico, ecológico, só conversa fiada, e leis como essa do primeiro emprego, a economia cresceu 2,2%.

No primeiro ano do Governo Fernando Henrique, em 95, o PIB cresceu 4,22%; no último ano, 1,93%, ele se agarrou com o FMI principalmente no segundo Governo.

E, no primeiro ano do Governo Lula, 2003, a economia foi para o "pau", menos 0,22%.

A pesquisa da *Data Folha*, que é um jornal conceituado no País, na *Folha de São Paulo*, perguntou para mais de três mil pessoas no Brasil: quais os setores mais beneficiados pelo Governo Lula? A resposta: os políticos e os bancos. Quais os mais prejudicados no Governo Lula? Os trabalhadores e o comércio. Evidentemente, caiu a renda, caiu o consumo.

Um registro do Balanço Orçamentário da União 2002/2003, só para que os senhores possam entender porque nós estamos nessa situação. A Receita realizada pela União, o que foi mesmo recebida em 2002 foi setecentos e vinte e um bilhões de reais, em 2003 foi novecentos e dezoito bilhões de reais. A Receita cresceu entre 2002 e 2003, 27,23%, ao mesmo tempo em que a economia caiu 0,2%. Quer dizer, se a Receita aumentou quase 30% e a economia caiu, quem está pagando esse pato? Quer dizer, a carga tributária arrojou as empresas, aumentou em cima das empresas e em cima do povo. É o funcionalismo que paga imposto de renda, paga tanta coisa que está por aí!

Os juros e amortização da dívida, em 2002, gastou-se trezentos e sessenta bilhões de reais, em 2003, quinhentos e vinte e oito bilhões de reais, um aumento de 46,7%. A sociedade brasileira está trabalhando para pagar juros e amortização. Isso representa 60% da despesa realizada no ano de 2003. A transferência para o Estado e municípios representou apenas 9,15% do Orçamento da União, e é o município e o Estado que carrega realmente as dificuldades.

Bom, eu falei que estamos então trabalhando para pagar juros e amortização da dívida. Então, os grandes beneficiários - já disse na pesquisa da *Folha de São Paulo* - foram os bancos. E os bancos... Vou falar rapidamente uma história aqui e não vou demorar.

A Constituição de 88... Nós elegemos Deputados e Senadores em 86, saindo da ditadura para nova república, precisava de uma nova Constituição. Em 86, elegemos Deputados e Senadores para fazer uma nova Constituição. E a nova Constituição foi promulgada no dia 05 de outubro de 88. No dia 06 de outubro de 88, existiu um artigo nessa Constituição que dizia que os juros no Brasil, juros reais, não podiam ser acima de 12%. Juros reais significa que o banco poderia cobrar a inflação mais 12%. Esses seriam os juros nominais, e os juros reais não podiam ser acima de 12% da inflação. O que aconteceu no dia 06? A Constituição foi promulgada no dia 05 e, no dia 06, o Presidente da República era José Sarney, o Consultor-Geral da República Saulo Ramos fez um parecer dizendo que esse artigo não era auto-aplicável.

Então, no dia 06 de outubro, um dia após a promulgação da Constituição, o Banco Central expediu uma resolução dizendo para os bancos que desconsiderassem a Constituição que

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

acabava de ser aprovada. Quer dizer, um País desmoralizado, um País que faz uma Constituição, elege um Congresso Constituinte... Alegando que não era auto-aplicável aquele § 3º do art. 192. Quando foi em 1991, o Supremo Tribunal Federal ratificou essa decisão dizendo que eram constitucionais aquela decisão do Banco Central e o parecer do Consultor da República. E não foi unanimidade do Supremo. O Supremo tem onze membros, o Presidente não votou, quatro Ministros foram a favor da auto-aplicabilidade da Constituição e seis seguiram a cabeça do Governo, contra.

Daí por diante, os Juízes, toda vez que um cliente de banco cria caso, o Juiz, com base na Constituição, manda pagar só 12%. Toda vez que isso acontecia. Quando o dinheiro era muito grande, o banco recorria para o Tribunal e o Tribunal ratificava a decisão do Juiz. Aí o banco recorria para o Superior Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça ratificava a decisão dos tribunais, quando chegava no Supremo, por causa dessa Ação de Inconstitucionalidade julgada em 1991, o Supremo dizia: improvido, falta regulamentação infraconstitucional. E assim os bancos...

Aconteceu uma omissão do Congresso Nacional, ninguém falou nada no Congresso Nacional.

Em 2000, para consagrar essa exploração, o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma lei, uma Medida Provisória, dizendo que os bancos poderiam capitalizar, cobrar juros sobre juros, o que é proibido pela legislação, por uma resolução do Supremo Tribunal Federal que está em vigor há mais de trinta anos. Eu estou me alongando...

Então, as taxas de juro hoje no país variam de 30% até 50%, 60%. Isso é um absurdo, é a maior taxa de juro do mundo. A ANEFAS fez um estudo mostrando que quase 30% do orçamento doméstico são gastos com juros.

Com a emenda constitucional que os senhores têm aí, um documento nosso, nós esperávamos que o Governo Lula mudasse a situação, fizesse cumprir a Constituição, mas o primeiro projeto de emenda constitucional que o Presidente Lula encaminhou para o Congresso revogava o art. 192. Ao invés de regulamentar o artigo, não, revogou o art. 192. Os bancos, então, tiraram aquela espada de Dâmocles, que limitava os juros reais em 12%.

Juros reais, nenhum país do mundo pratica. Hoje, por exemplo, em países como a China, Índia, México, do tipo do Brasil, os juros são 6% ao ano. Nos Estados Unidos é 1% ao ano; nos países desenvolvidos vão de 3% a 2% ao ano, ninguém chega a 12% ao ano, mas esse é o limite fixado na Constituição. O ex-ministro Delfin Neto até me perguntou por que não se colocava logo 3% na Constituição, se esquecia isso de 12% na Constituição, o que prejudicava a economia de mercado. Acontece que o teórico e o ideológico, as pessoas são muito radicais do ponto de vista ideológico, e os teóricos abstraem da realidade, porque o que acontece é que nós não vivemos nessa área uma economia de mercado. Nós temos dez bancos que dominam todo o mercado brasileiro.

Então, o que nós estamos propondo aqui? Essa emenda do Presidente, então, deixou os bancos livres. Os juízes não podem mais decidir em cima do art. 192, § 3º, da Constituição, ficamos sem proteção nenhuma. Vale o contrato esdrúxulo, absurdo, nem o Código do Consumidor pode afetar isso.

Nós estamos propondo, Deputado Riva, nossa proposta em relação ao Programa Primeiro Emprego... Os bancos tiveram em 2002 um lucro líquido de 19,01 bilhões de reais, e em 2003 esse lucro vai ultrapassar vinte bilhões de reais.

E só voltando àquele quadro anterior do balanço, porque o balanço é a realidade do país, balanço não tem mentira, é o dinheiro que entrou e o dinheiro que saiu. O Brasil investiu, em 2002, 10,01 bilhões de reais. Quer dizer que os investimentos do país inteiro, registrados no balanço, foram de 10,1 bilhões de reais em 2002. Em 2003 foram de 6,5 bilhões de reais os investimentos. Agora, o lucro líquido dos bancos, descontado o imposto de renda, em 2002, foi de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

19,1 bilhões de reais, e este ano foram em torno de 22 bilhões de reais. Quer dizer, quase mais de três vezes o volume de investimentos que o Lula fez, que foi de 6,1 bilhões de reais.

Nós estamos propondo, diante desses quatro milhões de jovens desempregados, que seja criado o Fundo Nacional do Primeiro Emprego, com 10% do lucro líquido dos bancos. Eu tenho aqui um projeto de lei como sugestão. Eu acredito que a Assembléia Legislativa, Vossa Excelência, Sr. Presidente, poderá encaminhar a partir daqui, porque esse dinheiro não sairá do orçamento do município, do Estado, nem do Fundo do Trabalhador, como está nessa lei burocratizada.

Então, o projeto de lei é o seguinte: “cria o Fundo Nacional do Primeiro Emprego, como instrumento para execução da Lei nº 10.748, de 22/10/2003”... - que é a lei do Lula - ...“procede a alterações no referido instrumento legal e dispõe sobre a fonte de financiamento do Programa Nacional do Primeiro Emprego.

Art. 1º Fica criado o Fundo Nacional do Primeiro Emprego, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado a prover os recursos para a execução do Programa Nacional do Primeiro Emprego, de que trata a Lei nº 10.748, de 22/10/2003.

Parágrafo único Recursos decorrentes de doações do setor privado e orçamentário da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios poderão ser alocados para o Fundo Nacional do Primeiro Emprego”.

Poderão ser!

“Art. 2º Para atender às necessidades de recursos do Fundo Nacional do Primeiro Emprego de que trata o art. 1º, fica criada a Contribuição do Primeiro Emprego -CPE, que corresponderá ao recolhimento, pelo Banco Central do Brasil, de 10% do lucro líquido dos bancos e instituições que fazem parte do Sistema Financeiro Nacional, inclusive instituições estrangeiras, compreendidas no âmbito do art. 192 da Constituição Federal”.

Quer dizer, aquela emenda não revogou o art. 192. Ela revogou só os parágrafos e os incisos do art. 192, mas deixou o preâmbulo do art. 192, o *caput*.

“Art. 3º Os recursos oriundos da Contribuição do Primeiro Emprego”...

Da contribuição! Vejam bem, estamos propondo uma contribuição, Sr. Presidente, não é imposto, porque imposto teria a idéia da anualidade, isso teria que dividir com os Estados e Municípios; agora, a contribuição não, o Banco Central começa a recolher 10% do lucro líquido desses bancos. É uma fortuna. Só o Itaú, este ano, teve três bilhões, cento e cinquenta e dois milhões de reais de lucro líquido, foi o maior lucro líquido da história bancária do Brasil e, evidentemente, do Banco Itaú. Só o Banco Itaú, para se ter uma idéia. Até o Banco do Brasil, o Bradesco, a Caixa Econômica...

“Art. 3º Os recursos oriundos da Contribuição do Primeiro Emprego, recolhidos pelo Banco Central do Brasil, nos termos do art. 2º, serão repassados, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, aos Governos dos Estados e Distrito Federal, proporcionalmente, à população”.

Quer dizer, os recursos desse Fundo Nacional seriam distribuídos proporcionalmente à população.

“Art. 4º Os Estados e Distrito Federal, através de seus respectivos órgãos executores do Programa Nacional do Primeiro Emprego, realizarão convênio com instituições públicas e privadas, que cadastrarão os jovens e as empresas, pessoas jurídicas ou pessoas físicas interessadas na participação no programa”.

Aqui, nós revogamos uma porção de coisas que estão na lei atual, Lei 10.748.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

“Art. 5º Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, que se candidatarem a receber jovens para o trabalho através do Programa Nacional do Primeiro Emprego, se responsabilizarão pelo recolhimento dos encargos sociais correspondentes ao contratado”.

Então, Sr. Zanata, um jovem recebe o dinheiro de acordo com a faixa e o nível de educação dele, e se apresenta à sua empresa. O senhor vai pagar somente os encargos sociais correspondentes àquele salário que ele vai receber do primeiro emprego. Somente isso. Não tem mais nada.

Tem um artigo da lei federal que diz que a empresa tem que estar com a contribuição do INSS em dia, dívida ativa, SERASA, SPC... Hoje, as empresas estão quase todas quebradas. Quer dizer, como você pode fazer um negócio desses? Pelo menos as pequenas e médias empresas estão quase todas arrasadas. Se essa é a exigência da lei, não tem condições. Com a economia arrasada como está, numa recessão como estamos... Então, você vai ter que pagar somente os encargos correspondentes àquele jovem que vai ser empregado.

Eu já vou terminar. Não é muita coisa.

“Art. 6º Os jovens que se candidatarem ao Programa Nacional do Primeiro Emprego terão que trabalhar nas respectivas unidades de serviços, com comprovantes mensais de recolhimento dos encargos e de matrículas nas unidades de ensino.”

O jovem nessa faixa de 16 a 24 anos tem que estar estudando e tem que estar trabalhando para poder receber esse dinheiro do Fundo Nacional do Primeiro Emprego.

“Art. 7º As unidades estaduais e o órgão responsável nos Estados e no Distrito Federal repassarão mensalmente os recursos para os jovens na faixa de 16 a 24 anos empregos no Programa Nacional do Primeiro Emprego, observados os seguintes valores:

I - jovens com educação até o nível do 1º grau, R\$260,00 (duzentos e sessenta reais) mensais;

II - jovens com educação até o 2º grau, R\$520,00 (quinhentos e vinte reais) mensais;

III - jovens com educação até o nível 3º grau, R\$780,00 (setecentos e oitenta reais) mensais.

§ 1º De acordo com a evolução educacional, o jovem poderá mudar de faixa, passando a receber o valor correspondente ao respectivo grau de escolaridade.

§ 2º O benefício do Programa Nacional do Primeiro Emprego será concedido no máximo por três anos e não será permitido para superior a 24 anos.

§ 3º Serão atendidos prioritariamente pelo PNPE os jovens cadastrados no Sistema Nacional de Emprego - SINE.”

Quero só fazer uma observação: a lei que está aqui diz que o jovem não poderá ter vínculo empregatício anterior. Se ele tem uma carteira assinada, se tem 17 ou 20 anos, e a carteira já foi assinada; ele não pode ser empregado da empresa pelo primeiro emprego - está fora -, sejam membros de famílias com renda mensal per capita até meio salário mínimo. Ora, se a renda for um pouco maior, ele está fora.

Meu amigo, você está desempregado. Desempregado tem que trabalhar, tem que ter ocupação. Certo? Não interessa! Essas são as tais amarrações que o Deputado citou. Inclusive nesse projeto de lei aqui nós estamos revogando tudo. Não sei onde vamos parar com isso, mas, de qualquer forma, é um grito que Vossa Excelência em Mato Grosso vai começar a dar com objetividade, para resolver essa questão do desemprego no País.

Para concluir, Sr. Presidente.

“Art. 8º Após o período de benefício, os valores serão somados...”

Quer dizer, após os três anos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

“...e o total ressarcido ao Fundo Nacional do Primeiro Emprego-PNPE apenas corrigido, sem juros, no prazo de até dez anos, ou seja, 120 meses.”

O sujeito vai receber um benefício durante três anos, depois ele vai retribuir isso só corrigido, sem juros, durante dez anos. Porque senão todo mundo tem direito a receber dinheiro do Governo. Dinheiro... Ele vai ter que devolver esse benefício, só que, no caso, sem juros e corrigido.

“...Ficam revogados os incisos I, II, IV, § 2º, do art. 1º...”

Isso aqui é uma cambada de artigos que foram revogados. Eu não vou ler, porque é muita coisa que vai ser revogada. É só conversa fiada o que tem aqui. Como antes o senhor disse e o Deputado já disse, é só burocracia e rolo.

Eu vou citar aqui mais um caso, por exemplo.

“...Para efeitos dessa lei considera-se família a unidade nuclear e evidente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentescos que forme um grupo doméstico...”

Ora, o que é isso numa lei federal? Que papo furado é esse? Não é verdade, Gina?

“...o Plano não abrange o trabalho doméstico...”

Ora, a empregada doméstica, o trabalhador... Como não abrange? É trabalho! Tudo isso é trabalho! Como que esses não podem, se ele está estudando, está trabalhando? Por que doméstico? Isso é discriminação.

Então, eu revoguei uma carrada de idiotice, porque eu acho idiotice os que estão por aí.

Vou terminar, Deputado.

“**Art. 10** O Ministério do Trabalho e Emprego fornecerá aos recursos humanos materiais e teto necessários à administração do Plano Nacional do Primeiro Emprego.

**Parágrafo único** O Ministério do Trabalho e Emprego, em coordenação com os Governos estaduais e Distrito Federal, baixará normas administrativas, visando dar cumprimento e eficiência na execução do Programa Nacional do Primeiro Emprego, nos termos do que dispõe esta lei e demais instrumentos legais em vigor.

**Art. 11** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Então, encerrando, Deputado, esta é a contribuição. Fizemos uma explanação justificando o porquê dessa participação dos bancos. Não vai tirar dinheiro do orçamento, nem do Fundo do Trabalhador, como está na lei. É uma contribuição pela extorsão que esses bancos vêm fazendo em cima do povo e do setor produtivo brasileiro.

Eu acho que é uma coisa absolutamente justa. E se não for covarde, não continuar traindo o povo, o Presidente da República vai tomar uma decisão em relação a esse assunto. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nossos cumprimentos ao Dr. Bento Porto, que foi um Deputado Federal atuante. Como Secretário de Planejamento do Estado teve um papel fundamental naquele momento de desenvolvimento do Estado.

Essa questão dos juros, Dr. Bento Porto, sem dúvida nenhuma, contribui muito para com o desemprego. É uma questão, inclusive, que focávamos na nossa palestra. Nós sabemos do trabalho de Vossa Excelência, desde quando Deputado Federal, de falar sobre essa situação dos juros no Brasil.

Realmente, a Constituição Federal tem sido cumprida dentro daquilo que convém ao Governo Federal. Não pense que é uma crítica ao PT, é uma crítica ao Estado, ao Governo federal como um todo, independentemente de Partido.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Ontem eu vi discutirem a questão dos direitos humanos. Se os senhores forem verificar o art. 5º da Constituição Federal, verão o tanto de subterfúgios que o Governo federal busca para não cumprir os direitos fundamentais do cidadão, quando se fala em combate à pobreza, em prioridade para a criança, em dignidade da pessoa humana... Muitas vezes, o Governo federal revoga esses dispositivos através de Medidas Provisórias, e, infelizmente, o Congresso Nacional tem “engolido goela abaixo” tudo isso.

O que tem dificultado hoje? Isso é apenas um breve comentário, porque eu tenho buscado me aperfeiçoar na minha atividade de legislar. O que tem ocorrido hoje? A omissão do Poder Legislativo em ter entregue ao Poder Executivo o direito de legislar da maneira que lhe convém. As ONG’s, o Ministério Público... Quer dizer, infelizmente, isso tem ocorrido. Se fosse para levar ao pé da letra, quando se fala do descumprimento do cidadão de determinada lei, ninguém descumpra mais a lei do que o próprio Governo federal. A prova é esse art. 192, que houve uma ampla manifestação por ocasião da aprovação da Constituinte.

Dr. Bento Porto, não tenha dúvida de que aqueles que se julgavam progressistas naquela ocasião, achavam que tinham aprovado uma Constituição avançada, contribuíram para aprovar uma Constituição inexecutável, praticamente.

Temos, agora, a palavra do Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, que passará uma saudação e, eu quero de antemão agradecer os Prefeitos aqui presentes na pessoa do Presidente. Em seguida, daremos início ao debate, porque já tem três inscritos aqui.

O Deputado Humberto Bosaipo tem um compromisso já ultrapassado, às 11:00 horas, e a qualquer momento poderá se retirar.

Nós queremos agradecer a presença do Deputado Humberto Bosaipo que já tinha esse compromisso previamente agendado.

Na oportunidade, eu convido o Deputado Humberto Bosaipo para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 11:06 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Prefeito Ezequiel Fonseca.

O SR. EZEQUIEL FONSECA - Cumprimento o Presidente desta Casa, grande parceiro dos municípios aqui do nosso Estado. Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo, o representante do Sindicato dos Bares, o nosso parceiro na MT FOMENTO, representante da Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania, o empresário Mário Zanata, prefeitos, vereadores, jovens que estão à busca do primeiro emprego.

Em nome dos municípios de Mato Grosso, nós queremos, Presidente Riva, dizer que nós temos tido grandes problemas realmente de desemprego, não apenas aqui na Capital, não apenas nos grandes municípios, mas os pequenos municípios estão enfrentando mais do que o desemprego, o abandono. A juventude tem saído dos pequenos municípios porque não encontra lá o emprego, tem vindo à procura de um emprego nas capitais, nas maiores cidades. Aí encontra também o grande problema da falta da educação, dos bancos escolares, da saúde, da violência, da prostituição e assim sucessivamente. Então, o problema realmente é generalizado.

Nós sabemos que o Brasil tem pelo menos quarenta milhões de brasileiro abaixo da linha de pobreza e nós sabemos que isso está atrelado ao desemprego, o que é muito mais triste ainda pensar nisso. Não adianta ficarmos aqui apenas nos lamentando, nós temos, na verdade, que fazer como o Presidente Riva disse. Nós, Prefeitos, temos que ser o grande parceiro e começar, lá nos municípios, a trazer uma solução para o desemprego. E aí nós queremos dar alguns exemplos do que tem acontecido aqui, Deputado Humberto Bosaipo, em Mato Grosso, logicamente que nós não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

podemos descartar a grande parceria que os municípios têm buscado com o SEBRAE, que têm buscado com a SETEC, que têm buscado com o microcrédito, com o PRODEI, que também leva o emprego, o Banco da Terra que foi extinto e que entra agora no seu lugar a MT FOMENTO, que começa e nós acreditamos muito nisso, Éder, que pode ser também uma alavanca para os municípios, Dr. Antônio, para que possamos lá garantir o emprego aos nossos munícipes.

Aqui nós temos alguns exemplos, Deputado Humberto Bosaipo, lá em São José dos Quatro Marcos, o Dr. Antônio está fazendo lá o projeto do Maracujá, onde está instalando uma pequena industria. Como é um município basicamente agrícola, isso faz com que os produtores possam segurar seus filhos na propriedade também.

O mesmo está acontecendo lá em Dom Aquino, que tem um grande exemplo com as pequenas indústrias. Tesouro, Nova Marilândia, Reserva do Cabacal também têm o Projeto Casulo, na tentativa de criar os aviários para atender a família integral, a mulher, filhos, enfim, esposo.

E aí, Sr. Bento Porto, é que nós, quando o senhor falava aqui dessas diferenças, achamos que estão faltando recursos para serem encaminhados para os municípios. É o que nós sofremos lá, a nossa população sofre, porque esse desequilíbrio, essa desigualdade regional, todo Mato Grosso, enfim, o Brasil inteiro tem sofrido, porque realmente os bancos têm levado a grande fatia. À informalidade e à carga tributária, que nós atribuímos também. A carga é tanto que os empresários se obrigam a fazer isso, nem todos, mas uma grande parte. Por último, o TRT, Tribunal Regional do Trabalho. Até as prefeituras estão tendo problemas. Nós temos aí o Programa PET, que é para atender os menores, as crianças, e outro dia fomos abordados porque estávamos lá ensinando trabalhar com horta, trabalho com artesanato e fomos pegos de surpresa. A criança realmente não pode fazer nada. Ela tem que ficar no banco da escola, jogando bola, mas ela não pode, você não pode introduzi-la no pequeno serviço, o que eu acho um grande absurdo, e acho que aí é uma questão muito séria, a questão trabalhista, até para os programas das prefeituras. Então, é realmente um caso muito complicado onde a vontade da empresa, muitas vezes, ou das prefeituras acaba sendo cortada, tendo em vista que a questão do trabalho é muito maior.

Mas nós acreditamos na parceria com o SEBRAE, acreditamos que a MT FOMENTO vai ser uma solução, a FAMATO, através da qualificação, e foi falado aqui que é preciso realmente qualificar a juventude. É preciso o SENAI também ter uma parceria, então, os prefeitos, a Associação Mato-grossense dos Municípios tem orientado no sentido de buscar parceria para que nós possamos não fazer apenas o feijão com arroz, mas avançar mais e fazer com que todos os municípios do Estado sejam viáveis.

É essa a nossa vontade por isso, a grande briga desta Assembléia que tem sido um exemplo para Mato Grosso, mas também a distribuição do ICMS de forma que todos os municípios possam arrecadar um pouquinho mais, e também aplicar um pouquinho na questão do desemprego que foi bem colocado pelo Presidente Riva.

Então, na verdade, nós vimos aqui... Amanhã é o Dia do Trabalhador e nós vamos ter que comemorar os R\$20,00 que foram aprovados ontem pelo Congresso Nacional, que, se formos pensar, irão realmente impactar as prefeituras. E aí nós ficamos preocupados, R\$20,00 reais é pouco? Dará problema nas prefeituras? Vai. Há prefeitura que, talvez, inviabilizará algumas outras aplicações. Então, o problema é muito sério. Nós temos tido várias discussões, mas quando pegamos para resolver o problema é que vemos as dificuldades. Você tem que cuidar disso, mas não pode esquecer outro lado.

Eram essas as minhas palavras. E nós queremos deixar, aqui, registrado os nossos agradecimentos. Muito obrigado (PALMAS).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Enquanto o Presidente dá uma entrevista à imprensa, nós vamos dar continuidade ao trabalho, passando a palavra aos debatedores.

Antes, porém, eu gostaria de cumprimentar o nosso amigo, companheiro, ex-Deputado Bento Porto, pela sua iniciativa, pelo seu trabalho de pesquisa, pela sua sugestão de projeto.

Eu gostaria de dizer que nós temos algumas iniciativas que têm ajudado. Lembrome que Vossa Excelência colocou, com o que eu concordo, que nós temos que atingir uma questão macro, que é essa questão do primeiro emprego, mas, enquanto não conseguimos, nós tivemos aqui alguns projetos, por exemplo, como o projeto, de minha autoria, que trata da isenção da taxa da primeira carteira de identidade. Isso é uma coisa fantástica, porque quando o jovem vai pedir um emprego a primeira coisa que uma empresa exige é o documento. Ele não tem dinheiro para tirar uma carteira de identidade, que é em torno de R\$60,00. E isso já contribuiu de uma forma pequena, mas realmente já contribuiu.

Alguns projetos, eu tenho visto no Brasil, por exemplo, para o primeiro emprego, em Goiás, o Governo de Goiás, há algum tempo, criou o estágio para a Secretaria de Fazenda, para os estagiários, universitários, orientarem a população a pedir nota fiscal no *shopping*, no comércio. Foi uma coisa que melhorou a arrecadação do Estado, conscientizou e gerou emprego. E, também, a Bolsa Escola, que é uma coisa que começou em Brasília, que o Governo de São Paulo adotou e que todos os Governos vêm buscando.

Há projetos aqui na Assembléia Legislativa. Nós aprovamos agora um projeto para estagiários em todas as áreas. A Mesa irá regulamentar de acordo com a necessidade.

Nós temos aqui na Casa a Escola do Legislativo que já vem fazendo um trabalho de aperfeiçoamento e qualificação dos funcionários. Isso pode ser repetido em todos os órgãos públicos, melhorar essa qualidade da mão-de-obra. E, posteriormente, criar o balcão de emprego dos funcionários públicos. O que é isso? Nós já fizemos uma experiência aqui. Temos muitos funcionários aqui que são excelentes digitadores, então por que vou pagar para o meu filho digitar um trabalho, se ele não puder ou procurar uma outra pessoa, se posso ter um digitador aqui? Eletricista. Às vezes, eu preciso de um eletricista, e aqui no corpo da Casa tem um excelente eletricista. Então, há a possibilidade dele ganhar um dinheiro lá fora. Um Jornalista, uma Jornalista, para eu produzir um texto, para uma revisão gramatical, um professor, eu vou buscar no meu mercado, vou valorizar... Essas são iniciativas que têm contribuído com esse projeto do Deputado Riva, que é uma luta que temos acompanhado.

A criação do guia do funcionário público com as suas aptidões. Essa é outra coisa que temos que fazer. Eu sou funcionário público de um determinado setor, mas desenvolvo outro... Eu acho que os órgãos têm que ter esse guia. Tem que ter esse guia. Tem excelentes cabeleireiras, excelentes... Outro dia, vi o trabalho das mulheres, em vagonite, pintura em tecido e pintura em gesso, aqui da Assembléia Legislativa - estou falando a linguagem que as mulheres entendem - espetacular. Até o curso de caixa de embalagem pode ser feito, e nós já fizemos essa experiência nos bairros, e a pessoa, agora, no dia das mães, no natal, no dias dos pais, pode ter uma geração de renda.

O que produz os municípios, Prefeito Ezequiel - eu estava conversando com você... O maior gerador de emprego de uma nação é a construção civil. Nós não vemos nenhum projeto macro, desde que acabou o BNH-Banco Nacional de Habitação, Deputado Bento Porto, paramos de construir casas maciçamente. O Governo Blairo Maggi, nesse aspecto, está acertando. Ele começa nos municípios a trazer a construção civil, que traz o pedreiro, o servente, o pintor, o eletricista, gera no comércio a compra. Isso dá um volume para o comércio extraordinário.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

O Projeto Nacional de Primeiro Emprego, apesar de não estar funcionando a contento, já é uma iniciativa, como é a iniciativa do Deputado Riva.

Nós temos que começar a debater essas questões. E vocês que estão aqui debatendo, nesta sexta-feira, podem imaginar o que posso mudar com isso. Pelo menos a conscientização e a participação dos senhores é muito importante. E nós conseguimos começando. Ninguém começa nada pronto. Ninguém consegue nada pronto. Nós temos que começar.

O Brasil precisa eliminar os juros, que são excessivos, a carga tributária, por isso que o imposto único é sempre uma discussão que as universidades têm que estar fazendo, que o mundo empresarial tem que estar fazendo. A legislação trabalhista do Brasil é a pior legislação que existe para a geração de empregos. Temos que acabar com esses projetos empíricos - e o Deputado acabou de ler aqui um artigo de um projeto nacional que, na realidade, nem eu entendi - e incrementar os projetos habitacionais e promover uma reforma tributária de acordo com a necessidade do povo brasileiro.

Eu gostaria de ficar até o final do debate, mas agendei um compromisso com alguns prefeitos, que já estão me esperando.

Parabenizo o Deputado Riva por esta atuação. Muito obrigado (PALMAS)

Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:19 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Quero agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo, mais uma vez, e até dizer que o projeto da isenção das taxas de identidade até não é algo tão pequeno, porque a maioria dos nossos jovens não tem R\$60,00 reais para pagar para fazer a identidade. Tem milhares de jovens sem identidade por falta de recursos para pagar. Não só a identidade, mas acho que todo primeiro documento do cidadão deveria ter isenção. Os próprios cartórios, muitas vezes não têm cumprido com a legislação na questão da gratuidade para as pessoas que não podem pagar não só no documento, mas muitas vezes na certidão.

Então, agradeço a presença de Vossa Excelência. Muito obrigado por prestigiar e nós vamos abrir para participação dos inscritos.

Informo que temos três minutos para cada participante inscrito.

Inicialmente convido para fazer uso da palavra a Sr<sup>a</sup> Maria Helena Caramelo, Conselheira Estadual do Direito das Mulheres.

Eu sei que três minutos é pouco para a Maria Helena, mas...

A SR<sup>a</sup> MARIA HELENA CAMELO - É supersuficiente, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar a mesa em nome do Presidente, Deputado Riva, e em nome desses dois jovens empreendedores, tanto o Éder quanto o nosso prefeito Ezequiel, que são jovens, extremamente jovens, e estão nessa caminhada.

Deputado Riva, eu estou aqui representando o Conselho Estadual do Direito da Mulher para levantar mais um questionamento com relação a isso.

O primeiro emprego é uma coisa extremamente “generalística”. Sendo “generalística” não podemos esquecer a questão do gênero, para conversarmos, porque, apesar dos jovens estarem desempregados numa faixa extremamente grande, as mulheres jovens estão acima desse índice.

Hoje, o índice do jovem é de 27% fora do mercado de trabalho; da mulher jovem é de 74% fora do mercado de trabalho. E principalmente hoje - são dados do DIEESE - temos uma preocupação muito grande que é com a responsabilidade social, porque, apesar de toda mídia, apesar de todo avanço tecnológico, a gravidez precoce ainda é uma realidade neste País, onde você tem meninas que variam de doze a dezessete anos cada vez mais ficando grávidas, cada vez mais se tornando chefes de família. E isso é um problema que nós realmente temos que enfrentar.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Deputado Riva, também como sugestão, estamos aqui refletindo a respeito do aumento do salário mínimo, ontem, apresentado pelo nosso Presidente extremamente democrático, Luiz Inácio Lula da Silva. É o menor aumento de salário mínimo desde o ano de 1998, e isso vindo de um Presidente que representa os trabalhadores desde País.

Duzentos e sessenta reais! Isso, para uma família que hoje é sustentada, evidentemente, acima de um salário mínimo, um terço da população - como Vossa Excelência aqui apresentou - vive na faixa da miserabilidade. Ou seja, abaixo de sessenta e cinco reais por pessoa dentro dessa família. Com esse aumento, uma família, que é a família da minha secretária que me autorizou a dizer isso hoje, que tem três filhos e vai ganhar duzentos e sessenta reais. Ou seja, ela está incluída na inclusão social. Por quê? Porque ela se sustentando e mais seus três filhos, está com sessenta e cinco reais por renda por cada familiar. Então, precisamos realmente conversar a respeito disso.

E, principalmente, uma notícia do *Jornal Nacional* que me chamou muito a atenção quando apareceu esse índice de 38% em estado de vulnerabilidade social no Brasil, o jornalista, o repórter, disse que há um dado no DIEESE - e aí eu vou dizer para Vossa Excelência, nós não precisamos ler a questão dos banqueiros, precisamos entender o que está por trás de todo ato de solidariedade e cooperativismo, porque vinte e sete dólares, lá em Bangladesh, realmente, resolveria a situação. Hoje, no Brasil, estudos dizem que se a população economicamente ativa contribuísse com R\$14,00, seria eliminada toda a exclusão social deste país.

Então, a responsabilidade realmente existe. A sociedade cobra isso, e R\$14,00 é um valor muito pequeno para nós dizermos que precisamos de mais programas sociais. Nós precisamos refletir o que está aí, essa realidade que está aí.

Prefeito Ezequiel Fonseca, o senhor, meu colega de curso, já formado como Gerente de Cidade, sabe exatamente do que eu estou falando. Nós precisamos mesmo saber se formando um fundo, mais um fundo ou mais leis ou mais coisas, nós realmente...

Deputado Riva, gostaria realmente que o Deputado Humberto Bosaipo ainda estivesse aqui, porque eu vou dizer uma coisa que costumo dizer sempre: há quatro meses, aproximadamente, comecei a refletir um pouco mais a respeito da vida e vi que, na vida, a gente tem que fazer escolhas.

Há 14 anos a Assembléia Legislativa resolveu fazer uma escolha, uma escolha de debate, uma escolha de realmente representar o Estado de Mato Grosso, uma escolha de fomentar discussões profundas de mudança na realidade social. E há 14 anos a Assembléia Legislativa vem avançando nesse processo, tanto é que, hoje, nós temos a exatidão de uma discussão que começou aqui, muito bem colocada pela assessoria do Deputado Riva e, em particular, pelo meu amigo Maurício, sobre a redistribuição de renda regionalizada dentro deste Estado - que se transformou e evidenciou várias distorções sociais -, com a aprovação da nova lei de redistribuição do ICMS.

Agora, nós precisamos avançar em uma discussão, Deputado Riva, na educação. Este Estado entrará justamente nesse mapa do emprego que a Rede Globo está apresentando toda terça-feira. No mapa do emprego, Mato Grosso, hoje, é o maior empregador deste país, só que os mato-grossenses e os brasileiros que aqui estão não estão preparados para essa realidade. A educação precisa garantir o emprego dos meus dois filhos, porque eu tenho dois filhos, Deputado, um de dezessete anos e um de dezesseis anos, que vão entrar nesse mercado de trabalho.

Hoje, o Estado de Mato Grosso não está atento a essa discussão. A Assembléia Legislativa, apesar de todas as discussões levantadas, ainda não está atenta a essa discussão. Os órgãos de ensino deste Estado ainda não estão atentos a essa discussão.

Infelizmente, o Professor Onofre Ribeiro não está mais aqui, mas eu gostaria que ele me permitisse usar uma frase dele, a nossa Universidade Federal de Mato Grosso continua

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

formando agrônomo para ser vendedor de defensor agrícola, para ser vendedor de inseticida. Nós não precisamos disso. Nós estamos no Estado do agronegócio e nós não estamos preocupados e ainda preparados para isso. Por favor, vamos começar essa discussão para garantir o emprego dos meus dois filhos.

Gostaria de dizer, mais uma vez, que a iniciativa privada tem a noção exata de tudo isso. O senhor, Sr. Mário, numa reunião familiar, sentiu a sua responsabilidade de fazer justiça social. Só que o senhor bem frisou: olhando os dois lados, a sua necessidade empresarial e a necessidade de a sociedade empregar os jovens. Aí é que eu digo que a sociedade anda muito mais rápido que os Poderes constituídos. E está na hora de a Assembléia Legislativa, mais uma vez, capitalizar essa discussão com relação à educação, porque senão nós seremos, mais uma vez, levados a ficar com o índice de desemprego dos nossos mato-grossenses e dos brasileiros que aqui vivem, também no índice lá colocado.

E não quero saber de índice de desemprego, porque ninguém fica desempregado através de um índice. Eu não fico só 1% desempregada, quando eu estou desempregada, a minha família inteira fica desempregada. Eu não tenho salário, então, eu não tenho comida, eu não tenho moradia, eu não tenho dignidade. Ninguém fica “índice” desempregado, nós ficamos inteiros desempregados. Vamos passar a discutir agora realmente a questão da educação. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a participação da Sr<sup>a</sup> Maria Helena, que estourou um pouco seu tempo, só cinco minutos.

Quero dizer que a Assembléia Legislativa, o Governador Blairo Maggi se preocupou com o ensino profissionalizante. No nosso ponto de vista, foi um grande erro de alguns governantes do passado terem desativado o ensino profissionalizante no Brasil. Eu costumo dizer que o ensino profissionalizante é o ensino do pobre, que se prepara para o mercado de trabalho através do ensino profissionalizante. E, juntamente com o Deputado Eliene, eu quero registrar e agradecer a sua presença aqui, nós tivemos a oportunidade de votar uma lei que vai oportunizar ao Estado reativar o ensino profissionalizante, com recursos, inclusive, constitucionalmente aprovados através de uma emenda, porque nós tínhamos recursos previstos para pesquisa e dividimos 1% para pesquisa e ensino profissionalizante, o que muitos dizem ser pouco...

A Sr<sup>a</sup> Maria Helena Caramelo - Uma iniciativa fantástica (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Alguns criticaram, dizendo que era pouco, mas é muito melhor começar com o pouco viável do que ter 2% para a pesquisa na Constituição, e isso nunca ser executado, porque é inexecutável, o Estado não tinha como oportunizar 2% de seus recursos para pesquisa.

O próximo orador é o Sr. Otávio Alves, da juventude de Várzea Grande. Eu o convido a usar da palavra.

O SR. OTÁVIO ALVES - Bom-dia a todos, Deputado Riva, em nome de quem eu cumprimento toda a mesa, cumprimento cada um de vocês.

Eu hoje vim falar por toda a juventude de Várzea Grande. Durante esta semana nós estamos fazendo uma pesquisa nas escolas, uma pesquisa concreta, para conseguirmos identificar a quantidade de jovens que estão desempregados, Deputado. Para o senhor ter uma idéia, no domingo, nós vamos fazer o primeiro encontro da juventude cidadã de Várzea Grande, do qual eu participarei.

Nós mostraremos para os direcionadores de Mato Grosso, de Várzea Grande especialmente, que os jovens não podem continuar do jeito que estão, porque a partir do momento em que eles não têm emprego, eles vão passar para o mundo da criminalidade. Muitas pessoas falam: “o meu filho passou a usar droga porque eu não soube conduzir o crescimento dele”; mas isso



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

não é verdade, não é verdade. A verdade é que ele não teve um trabalho, ele não teve condições de ter uma camisa boa, um sapato bom, quanto o amigo dele, que trabalha, tinha condições. É por isso que ele passa a roubar, ele passa a assaltar, enfim.

Nós temos que ter uma qualidade de vida melhor para os jovens não só de Várzea Grande, dos quais eu faço parte, mas de Mato Grosso, do Brasil. Então, eu disse a eles ontem, quando o Binho me ligou, à tarde, eu disse a eles numa reunião que nós fizemos numa escola lá no bairro Jardim Glória: Pessoal, eu vou representar vocês, eu vou falar ao Deputado Riva, que se preocupa muito com a qualidade de vida dos jovens mato-grossenses. Então, eu vou levar a todos eles o que vocês mais precisam, que é emprego.

É muito triste, Sr. Bento Porto, que falou sobre as estatísticas do Brasil, mas nós que conhecemos as feridas, as feridas que o jovem tem por estar desempregado, sabemos que é muito complicado. Então, eu quero deixar dito para os senhores que vamos mexer o doce para trazermos mais empregos para Várzea Grande.

Eu gostaria de agradecer o Sr. Mário Zanata, que dá muito emprego aos jovens de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul. Em Várzea Grande também tem o seu comércio. Então, eu fico muito grato ao senhor em nome de todos os que trabalham na sua empresa.

Era o que eu tinha para dizer. Não foram três minutos, mas eu acho que representei bem o jovem de Várzea Grande. Eu tenho certeza e espero que esse projeto seja aprovado e que todos os jovens tenham trabalho para não precisarem mais entrar no mundo da violência e da droga.

Bom-dia a todos e muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós queremos agradecer ao Otávio pela sua participação.

O Otávio só confirma que o vínculo da questão do desemprego com a criminalidade é, realmente, muito grande.

Queremos convidar para usar da palavra, o Sr. Márcio Pim, Vice-Presidente do Bairro Mapim, de Várzea Grande.

O SR. MÁRCIO PIM - Primeiramente, eu quero parabenizar a mesa, em nome do Exmº Sr. Presidente, Deputado Riva; nosso amigo Bento Porto; Deputado Eliene. Prefeito Ezequiel, em seu nome quero cumprimentar a todos os prefeitos que se fazem presentes. Nosso companheiro e empresário, Sr. Mário Zanata. Srª Janete Riva, em seu nome parabenizo todas as mulheres que se fazem presentes.

Deputado Riva, venho aqui na qualidade de Vice-Presidente da Associação do Bairro Mapim, de Várzea Grande, Mato Grosso, para dizer a Vossa Excelência que, hoje, estamos tratando de um assunto de tamanha importância, que atinge todo o Brasil, pois temos, Deputado Riva, esse índice de desemprego que atravessa nossa Nação, o nosso Estado, a nossa Capital, e Várzea Grande, de um modo geral.

Eu quero dizer, Deputado, da sua iniciativa de fazer com que o Programa Primeiro Emprego, do Governo Federal - que até agora eu tinha visto através de rádio, de televisão, de jornais -, deixe de ser mera propaganda virtual. Com sua iniciativa, Presidente, criou-se uma postura firme para colocar isso adiante. Como disse o Otávio, é por aí que começa - a partir da criminalidade, da prostituição -, pois, os jovens, sem a oportunidade do primeiro emprego, vão e se entregam dessa maneira por não terem oportunidade no mercado de trabalho.

Neste sábado, como será, Srª Janete Riva, o 1º de maio - dia dos trabalhadores?

As pessoas, os trabalhadores não terão, Deputado Riva, o que se comemorar. Mas nós paramos para pensar e analisar, olhando pessoas iguais a Vossa Excelência, iguais às pessoas que compõem a mesa, preocupadas, sim, com o desenvolvimento, com a criação do primeiro emprego... Para fazer isso acontecer, é dessa forma, Deputado! Vemos que o nosso País, tendo

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

peçoas iguais a Vossa Excelência, iguais a vocês, tem possibilidade, sim, de crescer e de ser ainda uma grande nação.

Eu quero agradecer pela oportunidade. Vou parar aqui com as minhas palavras. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradecemos ao Márcio pela sua participação.

Gostaria de lembrar que o Programa Primeiro Emprego - lembra-me bem a jornalista Andréia Fontes - está em funcionamento há quinze dias. Nós tínhamos quarenta e cinco vagas ofertadas, e apenas cinco foram preenchidas. As outras quarentas foram encaminhadas aos jovens, mas as empresas ainda não deram retorno. Quer dizer, se não deram retorno, entende-se que a maioria das empresas não conseguiu se enquadrar na exigência imposta pelo programa federal. Já existem novecentos e noventa e sete jovens inscritos, e apenas vinte e oito empresas cadastradas. Quer dizer, é muito pouco. São poucas as empresas cadastradas.

Eu quero convidar para usar a palavra, o Sr. Júlio Campos Neto, que é o quarto inscrito.

Antes do Sr. Júlio Campos Neto usar a palavra, gostaria de lembrar que do meu lado esquerdo, aqui, temos o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios que, inclusive, esteve num Programa de Primeiro Emprego no Estado de São Paulo, em Jales, quando tinha quatorze anos de idade, como guarda-mirim. Então, o Sr. Ezequiel teve a sua primeira oportunidade através de um programa de primeiro emprego.

Vejam, vocês, o quanto é importante o primeiro emprego da pessoa. O Sr. Ezequiel, hoje, é Prefeito pela segunda vez, Presidente da AMM, e esteve envolvido no Programa Primeiro Emprego.

Com a palavra, o Sr. Júlio Campos Neto.

O SR. JÚLIO CAMPOS NETO - Bom-dia, senhoras e senhores. Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Mesa em nome do Presidente desta Casa, Deputado Riva; cumprimentar o meu amigo Bento Porto; nosso Prefeito Calixto; o Deputado Eliene; o nosso Presidente da AMM, Ezequiel Fonseca.

Hoje, gostaria de parabenizar o Presidente Riva por esta grande iniciativa, tomada nesta Casa - a Assembléia Legislativa -, em discutir esse grande projeto. Projeto federal, projeto estadual, que é esse Projeto do Primeiro Emprego.

Fomos agraciados, esta manhã, por um artigo do nosso amigo e jornalista Onofre Ribeiro, no jornal *A Gazeta*, no qual ele classifica esse projeto como um fiasco. Um fiasco realizado pela maravilhosa burocracia que engessa esse Governo.

Nós já tivemos o depoimento aqui do meu amigo e empresário várzea-grandense, homem de grande destaque, empreendedor mato-grossense, Mário Zanata, sobre a dificuldade que nós empresariados tivemos em inscrever nossas empresas nesse Projeto do Programa Primeiro Emprego.

Eu, como o senhor, Mário Zanata, também dirigente da Rádio Antena FM e Rádio Industrial Jovem Pan, tive dificuldades de inscrever minhas empresas nesses projetos. Fiz inscrição via *internet* e não obtive resposta do Governo Federal em termos de cadastro da minha empresa no Programa Primeiro Emprego. Então, realmente, o Onofre Ribeiro foi muito consciente quando colocou que a burocracia foi um dos grandes fiascos do Programa Primeiro Emprego.

Outra questão que eu gostaria de colocar é que a questão do emprego também não está relacionada nesse projeto, como já foi visto aqui pelos palestrantes, como a colocação do Presidente Riva na questão da reforma tributária, essencialmente para diminuir essa carga em cima das nossas empresas. Eu e o Mário Zanata sabemos das dificuldades que temos para pagar os tributos que, hoje, se tornam insuportáveis no nosso País. Não só os tributos em cima do PIS,

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.

---

COFINS, IOF e ICMS, como o Presidente Riva citou, mas também os tributos em cima da folha de pagamento. Hoje, nós sabemos que se pagamos a um funcionário R\$260,00 reais, como é o salário mínimo, esse funcionário custa à empresa na verdade R\$520,00 reais, porque temos que recolher o INSS, o Fundo de Garantia, férias, FAT, 13º salário e tudo o que for preciso, ou seja, onera a folha de pagamentos. O que isso causa como consequência? Essa dificuldade de empregar as pessoas. Essa dificuldade de contratar as pessoas.

E, hoje, o mundo inteiro sabe, não só o brasileiro, mas o mundo sabe que o grande potencial competitivo das empresas, Dr. Mário - o senhor sabe, porque o senhor está investindo em seus funcionários - está nos funcionários, está nas pessoas. Sabemos qual a diferença das empresas. Sabemos que para as empresas mato-grossenses, para as empresas brasileiras estarem competindo com a globalização, estarem competindo com as multinacionais que virão em busca do mercado brasileiro, elas terão que investir nas pessoas. Nós temos que contratar e trabalhar em equipe para sermos competitivos.

Outra questão que foi citada aqui, muito bem colocada pelo Deputado Bento Porto, é a questão do juro. Sabemos, Mário Zanata, que para eu investir, para você investir, para o empresariado brasileiro investir, hoje, não tem viabilidade nenhuma. Nós temos hoje os únicos financiamentos em nível internacional que podem ser utilizados como investimento, que são o BNDES e o FCO, pequenas empresas, médias empresas, como a Rádio Antena, a Rádio Industrial Jovem Pan, como o Meio Preço, do Mário Zanata, não têm acesso a esse tipo de financiamento. Nós sabemos como é difícil nos deslocarmos no Rio de Janeiro onde é a sede do BNDES para apresentar projetos, projetos que têm custos inviáveis para uma empresa de pequeno porte, como a minha, são inviáveis para microempresas, como a grande maioria dos empresariados, hoje, que está lá para realizar um projeto, para pegar um financiamento no BNDES. Eles não vão dar nem atenção para nós. E isso tem inviabilizado as empresas.

Por isso é muito importante essa questão que Vossa Excelência citou do Banco do Povo, de nós financiarmos as microempresas, aquele pequeno empresário do bairro carente que quer abrir um mercadinho, que quer abrir uma mercearia, que quer uma batedeira de bolo, como aquela dona de casa que Vossa Excelência ajudou, que não teve acesso a nenhum lugar no país para tirar esse crédito. Ela teve que bater na sua casa, Sr. Presidente, Deputado Riva, para ter uma renda para a família. Essa é uma questão essencial muito bem colocada por Vossa Excelência.

Realmente o livro que Vossa Excelência leu a respeito do Banco do Povo, dessa grande iniciativa, é um livro brilhante, que tem que ser até exigido nas escolas municipais para ser lido.

Falando a respeito da grande posição da Maria Helena Caramelo sobre a questão da educação, acho que a senhora tocou num ponto crucial. A senhora tocou simplesmente no ponto do futuro. Hoje discutimos aqui o hoje, a senhora tocou no ponto do amanhã. Nós temos que incentivar, sim, Sr. Presidente, Deputado Riva - está aqui o Mário Zanata -, o empreendedorismo nas escolas municipais. Nós temos que ensinar já, desde novo, as crianças a ser empreendedoras.

Fazemos parcerias com o SEBRAE, está aqui o Presidente da AMM, Ezequiel da Fonseca. Fazemos parceria com o SEBRAE, para quê? Para que as escolas municipais recebam empresários como Mário Zanata, como Júlio Campos Neto, como inúmeros outros empresários, que eu poderia nomear, para quê? Para que eles possam, através do voluntariado - e aí eu digo para não onerar ainda mais os Estados -, participar desse projeto de informação de novos empreendedores, de novas lideranças nas escolas municipais.

Outra colocação aqui essencial do Presidente Riva é a criação de novos municípios que também foi muito bem colocado pelo ex-Deputado Bento Porto, na época do nosso grande ex-Presidente Juscelino Kubitschek, a expansão que o Brasil teve. O Juscelino Kubitschek fez a

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Transamazônica. Imagine o seguinte, Sr. Bento Porto, se tivesse um empresariado investindo e tivesse feito a manutenção da Transamazônica. O que seria hoje do Estado do Amazonas? Imagine, Sr. Bento Porto, quando o meu pai Júlio Campos construiu a BR-163 e falavam o seguinte: “Esse Júlio Campos é um louco, está ligando nada a lugar nenhum!”. Hoje o senhor vê a BR-163, nós temos Sinop, temos Sorriso, temos Nova Mutum, temos Lucas do Rio Verde, temos Cláudia... Quantos municípios foram criados ao redor da BR-163 e o tanto que esses municípios hoje produzem para o Estado de Mato Grosso.

Isso é essencial, Presidente Riva! A criação de novos municípios vai fazer o que? Vai fazer até diminuirmos a pobreza nas grandes cidades. Nós vamos desinchar as grandes cidades, nós vamos deslocar a camada que hoje está desempregada na cidade para o interior, para desenvolver o interior do Estado de Mato Grosso, crescer ainda mais a produção, crescer ainda mais a renda do nosso Estado e, conseqüentemente, diminuir a violência e diminuir a questão do desemprego.

Agora, Presidente Riva, eu gostaria de deixar aqui para o senhor uma grande contribuição. A gente vai escutando a palestra do senhor, a palestra do Sr. Bento Porto, a palestra do Sr. Ezequiel Ângelo Fonseca, a palestra do Sr. Mário Zanata e eu tive uma grande idéia, Sr. Bento Porto. Por que não, Presidente Riva, o senhor, um homem de grande prestígio, de reconhecimento tanto regional como nacional, não entrar em contato com o Exército Brasileiro para o Exército Brasileiro não ser apenas formadores de grandes homens, mas também formadores de grandes profissionais? Nós podemos utilizar também o Exército Brasileiro para capacitar os jovens que estão servindo o serviço militar. Ao invés de eles ficarem um ano apenas com treinamentos militares, por que não fecharmos uma parceria com o Exército Brasileiro para eles também, além de dar essa formação de caráter para os jovens como eles dão, dar uma formação profissional para eles saírem do Exército não só grandes homens, mas também profissionais mais capacitados?

Era essa a contribuição que eu gostaria de dar para os senhores, incentivar o empreendedorismo nas escolas municipais, Sr. Ezequiel Ângelo Fonseca, e sugerir ao Presidente Riva entrar em contato com o Exército Brasileiro para fazermos uma parceria para capacitar esses jovens que já estão no Exército Brasileiro. Muito obrigado a todos os senhores (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Temos ainda inscrito o Presidente da Federação dos Pescadores e o Presidente do Sindicato da Assembléia Legislativa - SINDAL, Sr. Ataíde, mas eu vou oportunizar o uso da palavra ao Deputado Eliene. O Deputado Eliene é um professor, educador, tem se preocupado principalmente muito em ir às escolas, está buscando conscientizar os jovens da necessidade de capacitar, de preparar para adentrar ao mercado de trabalho. Tem um grande entrave também que, muitas vezes, tem o posto de trabalho e a pessoa não está preparada para ocupá-lo. E essa é, sem dúvida nenhuma, uma dívida do Poder público com a sociedade. Nós temos a obrigação de tentar capacitar essa pessoa para ter acesso ao mercado de trabalho.

Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Obrigado, Deputado Riva. Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa de trazer à sociedade essa discussão importantíssima da questão do primeiro emprego, da questão do emprego.

Cumprimento também os demais membros da Mesa, o Sr Bento Porto, o Sr. José Santana, Secretário do Sindicato do Comércio de Bares e Restaurantes, o Presidente da AMM, Sr. Ezequiel Fonseca, o Sr. Mário Zanata, que também representa aqui a COREMAT, grupo de empresários de Mato Grosso, o Vereador Júlio Pinheiro, as senhoras e senhores presentes.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer que me lembro do 1º de maio do ano passado, de umas faixas que o Sr. Bento Porto colocou em Cuiabá, com os dizeres “temos pouco a comemorar no Dia do Trabalhador”. É uma realidade, é algo extremamente complexo, preocupante

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

a geração do emprego e, principalmente, a questão do primeiro emprego. Talvez nós estejamos até mais pessimistas do que a realidade em função da procissão, da demanda de gente que nos procura aqui na Assembléia Legislativa, achando que nós temos a solução, pensando que nós temos uma influência, que voltamos à época da ditadura, quando um Deputado com um bilhete rateava junto ao governo os cargos que queria. Isso mudou totalmente!

Ontem, uma senhora, esposa de um professor colega meu da Escola Técnica Federal, hoje CEFET, me ligou pedindo para eu arrumar um emprego para o filho dela que eu vi nascer há vinte anos e que hoje não tem emprego. Eu disse a ela que mudou a realidade. Hoje, com o mandato de Deputado Estadual, não tenho mais do que quatro empregos no Governo Estadual. Essa é uma realidade! Mas, infelizmente, a sociedade ainda não tem a dimensão das mudanças da legislação onde hoje tudo é concurso público. Tem alguns DAS, mas, dependendo do gestor, ele puxa para si ou então faz alguma concessão, mas é muito complicado.

Esse projeto do Governo Federal... Há alguns dias atrás saiu a lista de emprego para Mato Grosso: Zero. A expectativa nossa, com relação ao projeto de lei que Vossa Excelência trouxe a esta Casa e que eu quero parabenizar, porque, realmente, tem que ter iniciativa, alguém tem que mexer, tentar resolver. Eu também acho que podemos, com a influência de Vossa Excelência, porque o Deputado Riva, sem dúvida nenhuma, é o Deputado mais influente aqui da Assembléia Legislativa - isso nem precisa falar, é uma redundância. Então, vamos usar a influência de Vossa Excelência, o seu projeto de lei e dar destaque a essa audiência pública de hoje para tentar somar, em algum ponto, para que isso possa sensibilizar o Governo, sensibilizar as autoridades e criarmos alternativas. É a questão do projeto da Assembléia Legislativa criando estágios, vamos criar estágios em várias Secretarias e órgãos do Governo. Temos que dar uma mexida, não pode ficar como está.

Eu me preocupo muito. Há alguns dias atrás a revista *Veja* trouxe uma reportagem de que hoje não basta os pais somente educar os filhos. Por quê? Ele termina um curso... É diferente de nossa geração, onde tínhamos muito mais possibilidades. Quando estávamos com 18, 19 anos, se tivéssemos um nível de escolaridade razoável, já tínhamos oportunidade, e hoje não. Eu vi uma reportagem na revista *Veja* dizendo que além do pai conseguir formar o filho numa faculdade, se ele não tiver R\$40.000,00, R\$50.000,00 para montar um açougue, montar uma padaria, montar uma fabriquetazinha para o filho começar a trabalhar, ele vai ter dificuldade para colocar o filho no mercado de trabalho.

A Maria Helena falou bem quando disse que está preocupada com os dois filhos dela. Todos nós estamos.

Somado a isso, nós temos uma monocultura que gera pouquíssimo emprego, a sojicultura que é o grande charme de Mato Grosso, a produção agrícola, o agronegócio, é estritamente restritivo. Mário Zanata dizia que hoje a taxaço em cima do emprego das empresas é outro ponto agravante. Então, nós temos, realmente, grande preocupação nesse sentido.

Lembro-me... Inclusive, acho que o mundo deveria preparar para a teoria do antropólogo italiano De Masi, é a sociedade do lazer, começar a distribuir a renda sem a pessoa ter o emprego; criar parques para caminhada, para nataço, bibliotecas para os jovens começarem a ter uma melhor cultura e ganhar distribuindo, tirando de quem ganha muito. É uma das soluções. Com a informatizaço, com a robotizaço, hoje, cada vez mais vai restringir a oportunidade. E se o jovem não tiver outra alternativa, a tendênci do mundo é virar um grande problema. Então, eu sou adepto, inclusive, porque vivo pensando, refletindo, de que forma podemos resolver isso.

Aqui está o Paulo, de Vila Bela. Ele sabe a realidade dessas cidades estancadas, como Vila Bela, Alto Paraguai, Jangada, Acorizal. Qual a expectativa dos jovens desses municípios terem trabalho? Quase zero.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Então, eu já começo a defender a teoria do De Masi, de começarmos a criar uma sociedade do lazer e uma possibilidade de distribuição de renda de quem ganha muito e criarmos os parques de caminhada, biblioteca, natação, preparando o jovem para ganhar sem trabalhar e se sentir importante, confiante. Eu não vejo muita saída se não tivermos uma evolução muito grande.

Nós participamos, juntamente com o Deputado Riva, dessas emendas na agência de fomento. E acho que é uma alternativa. Começa aí a solução.

A educação, falada aqui pelos meninos de Várzea Grande, também é uma descrença que eu tenho pela má qualidade da educação. Você vai a qualquer escola pública, nessa informação relâmpago que temos de televisão, de *internet*, de tudo, e vê o professor passando no quadro e o aluno copiando. Qual o ritmo de assimilação, de conhecimento que ele está tendo?

Então, é extremamente importante essa discussão do primeiro emprego. Devemos pensar em várias alternativas para não termos uma sociedade cada vez mais recrudescida. Essa questão de vermos filho matando pai, um movimento crescente e violento que está acontecendo, é a desilusão, a falta de expectativa de um projeto de vida.

Está de parabéns. Nós precisamos discutir e pensar nos dias de amanhã, através de soluções mais práticas. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. Lindemberg Lima, Presidente da Federação dos Pescadores.

E só peço que fique restrito aos três minutos, porque o pessoal está reclamando do tempo. Muitos têm compromisso.

Eu agradeço ao Deputado Eliene pelas palavras. E acho que a influência que temos aqui é força de um conjunto de todos nós Deputados. O Deputado Eliene tem sido um grande parceiro pelo seu conhecimento em ajudar nos encaminhamentos, uma pessoa altamente preocupada com a juventude. Uma coisa que o Deputado Eliene falou e que tem que ser muito bem refletido por todos nós: Ou quem tem muito aceita abrir mão de um pouco para uma rede de distribuição de renda ou, senão, quem tem esse muito vai se sentir cada vez mais inseguro. Então, ou perde tudo ou vai distribuir um pouco.

A questão dos bancos, por exemplo, o Dr. Bento Porto depois vai responder uma pergunta feita por escrito, imaginem vocês a lucratividade desses bancos se não poderiam estar contribuindo um pouco com esse programa de geração de emprego. Depois o Bento Porto vai falar mais um pouquinho sobre isso.

Então, concedo a palavra ao Presidente da Federação dos Pescadores, Lindemberg Lima.

O SR. LINDEMBERG LIMA - Eu quero cumprimentar o Deputado Riva, e, em seu nome, cumprimento toda Mesa; cumprimentar a dona Janete, uma pessoa que tenho uma admiração muito grande, e a todos os componentes, aqui, desta audiência.

Eu estou trazendo aqui, Deputado Riva, se me permite, o agradecimento de seis mil famílias de pescadores, pela autoria e idéia dessa lei do Primeiro Emprego.

E gostaria de registrar, aqui, uma reportagem que vi agora cedo, através, se não me engano, da *TV Gazeta*, que retrata tudo aquilo que foi discutido até agora. Um pai de família que foi punido, preso, porque espancou um filho que pediu leite. E, no seu depoimento, ele disse que estava desempregado. Essa é a realidade em nosso Estado, hoje.

Deputado Riva, uma das primeiras ações do Governo Federal, quando ele assumiu o Governo, e era uma promessa que cumpriu, foi a criação da Secretaria de Pesca e Agricultura da Presidência da República. Criou-se uma expectativa muito grande quando, dentro dessa Secretaria, o pescador ribeirinho como um todo, as comunidades tradicionais, principalmente, foi incluída no PRONAF Pesca. E nós vimos, com uma esperança muito grande, porque estava ali a oportunidade

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

para se criar alternativa de renda para as famílias ribeirinhas. Uma atitude do Governo Federal e que há muito tempo reivindicávamos. E aqui vemos de extrema necessidade, principalmente para tirar o pescador não acabar com essa tradição, mas criar oportunidades para ele desenvolver, junto com sua família, projetos alternativos para que possa melhorar seu nível social de vida.

Infelizmente, no decorrer do ano que passou, nós ficamos apenas na promessa, ou seja, fizemos várias audiências públicas no interior, nas colônias de pescadores, levamos à Secretaria de Desenvolvimento Rural, ao representante de todos os segmentos envolvidos como o PRONAF, à Superintendência do Banco do Brasil, e, infelizmente, continuamos na estaca zero.

Recentemente tivemos uma reunião em Barão de Melgaço, onde o senhor não pôde comparecer, e lá se criou a idéia de fazer um grande encontro com o governo, principalmente para podermos tirar esses pontos obscuros e fazer com que esse projeto, esse programa seja concretizado, para que se possa contribuir também com essa questão do desemprego.

Eu gostaria também, Deputado Riva, de registrar que dessas 6.000 famílias, Deputado Eliene, como colocamos aqui para os senhores, eu acredito que nem 1% dessas famílias consegue hoje dar estudo de nível universitário para seus filhos. Por quê? Porque se depender, principalmente o ribeirinho, daquilo que ele retira do rio para sustentar sua família e ainda dar estudo superior a seu filho, ele não conseguirá nunca.

Por isso eu volto a apelar, e quero fazer minhas as palavras do Deputado Eliene, quando ele disse que o Deputado Riva tem uma influência muito grande no Estado de Mato Grosso e até fora do Estado, para que se tenha esse compromisso, Deputado Riva, de podermos desenvolver essa ação. Eu acho que é uma oportunidade boa, porque a intenção da Federação dos Pescadores não é fomentar o pescador a ir para o rio e, de repente, fazer com que tenhamos um esforço de pesca no Pantanal, principalmente, maior; nós queremos, sim, usar esse recurso para criar alternativas para a família desse pescador.

E aí, no futuro, lá na frente, diminuir também a pesca predatória, porque ele terá uma atividade no período de defesa, principalmente, para ele desenvolver com sua família. E fazer com que o jovem pescador também possa aprender uma profissão que não seja a pesca, para que ele possa, no futuro, desenvolver essa profissão junto a sua comunidade.

Então, fica aqui um apelo para que Vossa Excelência, os Deputados presentes e os que não puderam comparecer, façam com que se crie esse esforço - eu sei que todas as solicitações que nós fizemos ao senhor, nós fomos atendidos -, para que se olhe com muito carinho essa classe, porque, na realidade, não queremos extrapolar, principalmente em nossos rios e conseqüentemente no Pantanal, mas, sim, buscar alternativas de renda para essas famílias de pescadores (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço a participação do Sr. Lindemberg.

Convido o presidente do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa, o Sr. Ataíde Pereira de Almeida, que dispõe de três minutos para fazer uso da palavra - o Ataíde fala que só uma coisa...

O SR. ATAÍDE PEREIRA DE ALMEIDA - Quando o assunto é importante, eu acho que nós não devemos nos preocupar com o tempo.

Eu sei que falar depois da Maria Helena gera uma responsabilidade extremamente grande.

Lembro-me, Deputado Riva e Deputado Eliene, que na primeira metade do século XX o pai dos trabalhadores, Getúlio Vargas, implementou ações que visavam grandemente atender aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores nordestinos que vieram para o Sudeste em busca de dias melhores. Instituiu oito horas de trabalho, Maria Helena, instituiu o salário mínimo, instituiu as férias remuneradas.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

De lá para cá, presenciamos a Constituição de 88, quando foram implementadas ações grandemente visando atender aos trabalhadores, mas, infelizmente, na nossa Constituição da República Federativa do Brasil, Sr<sup>a</sup> Maria Helena, Deputado Riva, elas já foram extirpadas. Os direitos dos trabalhadores já foram retirados do texto constitucional, e nós ficamos a ver navio. Essa é a grande verdade.

É importante que se diga que todas as conquistas que os trabalhadores tiveram até hoje foram através de lutas, mas é importante também que tenhamos consciência.

Não querendo fazer nenhuma comparação, Deputado Riva, de Vossa Excelência em relação a Getúlio Vargas, de Vossa Excelência em comparação com Ulisses Guimarães, que para mim é o grande estadista que este país já teve... Se nós temos o direito de gritar, de reivindicar, devemos isso ao Dr. Ulisses Guimarães.

Essas conquistas dos trabalhadores com Getúlio Vargas ocorreram em pleno Estado Novo, regime extremamente ditatorial, Sr. Bento Porto.

E em pleno século XXI, graças a Deus, um camponês - e me orgulho de dizer camponês, porque conheço um pouco da origem do Deputado Riva, que é a minha origem - busca em sua essência implementar ações visando atender aos trabalhadores, visando atender àqueles que não tiveram e, conseqüentemente, buscam diuturnamente uma vaga, um emprego.

Mas é importante que nós professores, que nós trabalhadores, que nós cidadãos e cidadãs tenhamos consciência clara de que, com objetividade, nós temos que preparar, Sr<sup>a</sup> Maria Helena, os jovens. O mercado de trabalho, Deputado Riva, exige necessariamente mão-de-obra preparada e qualificada. Não basta o Deputado Riva criar uma lei, ele fez a parte dele, mas é importante que nós, educadores... E eu convoco aqui os professores para essa cruzada. O que nós percebemos, hoje, é que os professores se preocupam muito - de manhã, à tarde e à noite - com a questão salarial, mas não discutem a educação na essência e na base. Eu sei que a questão salarial é aquela que realmente aflige a todos nós, mas nós temos que discutir a essência da educação.

Nós somos um país de semi-analfabetos. Essa é a grande verdade! Não vamos tapar aqui o sol com a peneira e dizer que a educação está boa. Está boa coisa nenhuma! Um País em que um analfabeto passa na universidade... Que País é esse?

Então, Deputado Riva, é preocupante.

Eu quero parabenizar em todos os aspectos, em todos níveis, mas nós temos que fazer a nossa parte. Temos sim que fazer a nossa parte.

Eu digo sempre aos meus amigos do cursinho pré-vestibular. Eu gostaria de ser dois Ataídes para dar todas as aulas que aparecem para mim. Sou bonito? Claro que não! Lá em casa tem espelho. É que eu sou preparado, mesmo. A história do meu Estado e do meu País eu conheço. Eu devoro os livros de Cotrin, Francisco de Assis e tudo mais. O que nós...

Já deu o tempo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostei tanto que esqueci até do tempo. Você pode falar mais um pouco (RISOS).

O SR. ATAÍDE PEREIRA DE ALMEIDA - O tema é de suma importância, então nós não podemos nos preocupar com o tempo.

Preocupou-me muito, Deputado, quando alguém que me antecedeu disse, aqui, que ele matou aula, fez isso, fez aquilo, porque não teve uma camisa legal, uma calça legal. Eu não concordo, porque eu lembro, com muita clareza, que coloquei sapatos nos meus pés, quando já tinha vinte anos de idade. A camisa era aquela de chita, ruim... Eu nunca me senti menor do que ninguém, até porque a grandeza do ser humano não está aí; está no cérebro e no coração.

Quando alguém fala em burocracia - o filho do grande ex-Senador, ex-Governador Júlio Campos disse em burocracia -, eu não vejo isso, Deputado Riva, como burocracia. Eu vejo isso



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

como “burrocracia”, de burrice mesmo. Nós temos que tomar consciência disso. Nós temos que ser inteligentes.

O Deputado Eliene disse que nós não temos o que comemorar. Eu não sei se outros lá não têm, mas nós, aqui na Assembléia Legislativa, temos. Nós somos, hoje, o segundo melhor salário pago entre as Assembléias Legislativas do Brasil e recebemos rigorosamente em dias. Trabalhamos com inteligência, nossos cérebros foram feitos para funcionar com inteligência. Aquele que não coloca o cérebro para funcionar, fica encruado. Aí é burrice.

Nós temos, aqui, um Presidente extremamente amigo e inteligente. Nunca bati à porta dele para pedir emprego para mim ou para a minha família. Sempre pedi para o coletivo. E ele nunca fechou as portas para mim. Agora, eu acho - acho, não -, tenho certeza de que nós cobramos muito dos homens que possuem mandatos eletivos. E nós? Temos que nos preparar para o mercado de trabalho. O mercado de trabalho exige, necessariamente, Maria Helena - volto a repetir -, mão de obra preparada e qualificada. Não basta instituir a lei, porque se não nos preparamos, se não nos qualificamos, Maria Helena, a mão-de-obra estará morta. Estará morta, Deputado Riva! Tenha ciência disso.

E quero lançar um desafio aos educadores. Lá no ICE, os professores são qualificados, preparados em toda a essência; eles cobram da gente, mas é preciso, também, que outros professores tenham consciência disso, porque vamos trabalhar em busca do desenvolvimento educacional. Olhem bem o que estou falando! Não estou falando em educação, não, porque muita gente confunde educação... Eu estou falando em educação escolar, em banco de escola.

Quando fizermos greve, vamos fazer greve para discutir a educação escolar em toda a sua essência, em toda a base. Eu trabalhei no ensino público, Deputado Riva. Eu comecei dando aula e, para mim, foi realmente uma lição. A melhor escola que eu tive foi como professor.

Eu não quero fazer nenhuma comparação - prestem atenção, vocês são inteligentes -, do Riva - permita-me chamá-lo de Riva - com o Getúlio Vargas e com o Ulisses Guimarães, mas podem ter certeza de que esse é o cara (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço ao Ataíde.

O Ataíde fez algumas menções à situação do servidor da Assembléia Legislativa. Houve sempre uma preocupação no Poder Legislativo em pagar bem e preparar bem o seu servidor. De uns tempos para cá, nós temos a Escola do Legislativo... Eu até faço um alerta: aquele que não se preocupar em se preparar nessa escola ficará de fora desse processo.

O Ataíde tem dado uma contribuição muito grande, bem como o sindicato. Ele falou bem: com inteligência nunca se precisou de nenhum confronto. Lembro-me bem de que na campanha do Ataíde para Presidente do sindicato, havia outros candidatos e alguns falaram de subserviência. O que havia, na verdade, era uma parceria que continua havendo. A Assembléia sempre tratou com muito respeito o servidor e tem consciência de que sem eles não vamos prestar um serviço de qualidade.

Eu costumo dizer, inclusive aos nossos seguranças: “olha, vocês não podem ser, simplesmente, seguranças. Vocês têm de ser seguranças de um Poder e saber que vocês terão, primeiro, um contato com as pessoas. Antes de serem seguranças, têm de se preocupar em saber receber essas pessoas.”

Então, a Assembléia Legislativa tem se preocupado com isso. A Escola do Legislativo...

Está aqui o Adriângelo? (PAUSA).

O Adriângelo está aqui, que é o Coordenador da Escola do Legislativo, juntamente com o Zacarias. Essa escola tem inúmeros cursos, inclusive de redação. Há poucos momentos estava, aqui, o Professor Milton. Nós o trouxemos da rede pública para vir aqui dar curso de redação

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

para os assessores, para os deputados, para todos nós. Então, é importante estarmos capacitando, melhorando, porque nos preocupamos em pagar bem, mas, também, nos preocupamos em preparar bem os nossos servidores.

Eu tenho, aqui, um servidor que uso sempre como exemplo. Uma vez ele veio me cobrar aumento de salário... E aqui temos o problema do cargo comissionado que a pessoa ocupa que é sempre o mesmo, há seis anos, sete anos. Agora, o Presidente do Sindicato está nos cobrando que melhore o salário dos comissionados, porque nós temos comissionado aqui que trabalha quinze horas por dia, dezesseis horas por dia. É importante ressaltarmos isso. Então, aquele funcionário tinha um cargo de R\$800,00, se não me engano, e me cobrou que gostaria de ganhar mais. Eu falei: “olha, no meu gabinete é assim, e eu fico de olho: se você produzir, vai ganhar mais. Hoje, você não está fazendo por merecer. Capricha que nós vamos ver”.

Eu vou resumir: ele ocupa, hoje, um cargo de R\$6.000,00. Então, ele preocupou-se em preparar, começou a produzir e nós começamos a notar isso. Então, é importante também que o servidor, não só aqui no Poder, mas em todo e qualquer lugar, se preocupe em prestar cada vez mais um serviço de melhor qualidade. Aí fora tem uma sociedade que nos cobra muito.

No meu gabinete, quando chego no interior, Sr. Mário, se eu ouvir uma reclamação, o servidor pode se preparar, eu venho de lá para brigar e, se possível, até para demiti-lo, porque não aceito isso. Eu acho que nós temos que prestar um bom atendimento, temos que nos preparar para isso, somos pagos para isso, eu sou pago para isso e os servidores são pagos para isso.

Então, o Ataíde deu um salto na qualidade de vida dos servidores da Assembléia. Podem agradecer e muito ao Ataíde, porque o sindicato trabalhou com uma parceria muito positiva com a Assembléia, não cobrou só salário, mas qualidade de vida, condições de trabalho, tanto é que na obra nova da Assembléia, que está acontecendo lá, todos os setores daqui foram lá para conhecer as instalações. O sindicato foi convidado para ir lá. Nós estamos nos preocupando muito com a qualidade do espaço físico que o servidor vai ter para prestar um bom trabalho.

E lá, Sr. Bento Porto, vamos implantar um centro de cidadania. Nós vamos buscar uma parceria com o Ministério Público para colocar lá um promotor para desafogar gabinete. Quem vem fazer denúncia, que a faça para o promotor e não para o deputado. Lá, nós vamos colocar um Instituto de Identificação para fazer identidade, título de eleitor; vamos colocar assistente social para encaminhar o cidadão para o serviço social, para a área de saúde; vamos colocar o defensor público lá dentro; vamos colocar, enfim, todas as instituições lá dentro, uma espécie de Ganha Tempo para o cidadão ter acesso a todo serviço de qualidade e, inclusive, sobrar mais tempo para o deputado fazer a política macro.

O grande defeito do legislador brasileiro, hoje, é que ele não está legislando e fiscalizando. Ele está se preocupando com emendinha parlamentar, com obrinha e, às vezes, onde ele poderia se aperfeiçoar e melhorar a qualidade de vida da pessoa, ele não se aperfeiçoa, que é no legislar.

O Congresso Nacional, por exemplo, tem sido omissivo. Por que o Governo Federal baixa inúmeras medidas provisórias? Por que o Governo Estadual vive trabalhando e governando com decreto? Por omissão do Legislativo. É isso que nós queremos aperfeiçoar.

Eu quero conceder ao Sr. Mário Zanata mais dois minutos, e, em seguida, o Dr. Bento Porto vai fazer o encerramento dessa discussão, se não tiver ninguém para fazer mais algum questionamento.

Com a palavra, o Sr. Mário Zanata.

O SR. MARIO ZANATA - Sr. Deputado, dispense o cumprimento que já foi feito na minha primeira fala. Eu ouvi com atenção todos os palestrantes e os inscritos, que me fizeram tomar a decisão de passar para os senhores um sentimento da parte dos empresários, não só um

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

sentimento, mas vamos dizer que uma espécie de desafio de propostas que colocamos aqui para a classe política.

Nós ouvimos que está sendo feita uma série de programas de primeiro emprego, programas para geração de emprego, planos para a geração de empregos e “n” projetos que estão realmente com seu funcionamento comprometidos por “n” entraves da própria estrutura do Governo. Não estou falando que somos contra, somos favoráveis, mas existe uma coisa muito importante que iria alavancar todos esses projetos e na minha empresa - posso responder pela minha empresa, não posso falar por todos os empresários - garanto que teria sucesso, se o Governo pensasse muito bem em desonerar o emprego, desonerar a taxaço que o emprego tem.

Hoje, como disseram vários palestrantes aqui, um emprego de R\$260,00 não custa R\$520,00, custa mais, custa R\$580,00, R\$600,00, custa mais de 100%, sem prejuízo para o trabalhador, que eu queria dizer aqui para o nosso amigo, para o Ataíde, sem prejuízo para o trabalhador. Eu também sou sindicalista, sou presidente de um sindicato também.

Então, vejam bem, se o Governo taxasse a produção, aqueles encargos que são necessários para manter o emprego como FGTS, INSS, férias, 13º salário, etc, etc, etc, se fossem taxados e colocados em cima da produção e o emprego ficasse desonerado, ou seja, o empresário vai pagar para o funcionário somente o salário que ele combinar, ele poderia pagar, primeiro, um salário muito maior, segundo, reduziria a informalidade, porque, com uma taxaço menor, aqueles que estão na informalidade viriam para a formalidade, terceiro, geraria - eu digo na minha empresa -, no mínimo, uns 20% a mais de empregos. Então, vejam bem, às vezes atitudes isoladas, fundos de primeiro emprego e um monte de planos do Governo vão por água abaixo porque existe uma taxaço muito grande no emprego.

No mundo, eu acho que uma das maiores taxaços no emprego é no Brasil. Não sou político, não tenho essa estatística, Deputado, mas tenho a informação de que realmente é. Nos países desenvolvidos, nos Estados Unidos da América, não existe quase nenhuma taxaço em cima do emprego. Chega no final do mês o funcionário recebe seu salário e está encerrado o compromisso.

O suporte para a aposentadoria, assistência, etc, tudo é dado pelo Governo em cima dos impostos recolhidos normalmente.

Sr. Bento Porto, eu gostaria que considerasse isso. Realmente essa taxaço de emprego é um grande limitante do aumento e da informalidade do emprego no Brasil.

E eu deixo esse desafio aqui, para pensarmos nisso realmente. Vamos gerar mais emprego, mas vamos tirar essa carga tributária de cima do emprego. Era isso, Sr. Presidente (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Agradeço o Sr. Mário Zanata.

E concedo a palavra ao Sr. Bento Porto.

O SR. BENTO PORTO - Deputado Riva, eu vou fazer três considerações muito rapidamente aqui.

A primeira é para ratificar o que já disseram aqui sobre o seu pioneirismo, Deputado. Há vinte anos, mais ou menos no mesmo mês, eu chegava a Juara com mais três colegas deputados federais para tentar salvar um projeto de construção de uma usina hidrelétrica lá no rio dos Peixes. Nós conseguimos dezesseis milhões de dólares. O canteiro de obras já tinha sido implantado, a empreiteira iniciava as obras. Mas um povo radical, os companheiros do PMDB, FUNAI, esse rolo todo aí, esse pessoal achou que não deveria fazer essa usina lá, porque a política era muito importante para quem defendia o projeto, que era o Bento Porto, Governo na época era Júlio Campos. Então, o que aconteceu? Era possível não aquilo. Aquela usina iria resgatar energia

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

elétrica para a região de Juara, Sorriso e Sinop. Então, eles achavam que aquilo ali, porque, naquela época, não existia usina hidrelétrica, o Linhão, o Linhão veio sair já no Governo Jaime Campos...

Então, questionamos isso no Congresso Nacional. Formamos uma Comissão de Deputados, eram quatro Deputados, mas só foram três, um Deputado de Mato Grosso não quis ir. Eu não vou falar o nome, mas então éramos três: eu, o Deputado Juruna e o Deputado Gilson de Barros. Chegamos a Juara, etc. Prefeito, o senhor é o prefeito, Juruna é índio, então, vocês vão na frente, primeiro... Resultado, quando deixaram, desceram na pista, os índios seqüestraram o Juruna e o Deputado e mandaram dizer, pelo piloto do avião, que somente liberariam o Juruna e o Prefeito quando a construtora retirasse de lá as máquinas e desmanchasse o acampamento.

Então, em Juara só tinha um PSzinho, um posto de telefone, e eu tentei falar com o Ulisses Guimarães, que era o Presidente da Câmara, que era do PMDB, estava vinculado e tentei falar com o Ministro da Justiça, que era o Fernando Lira, que era do PMDB também, não fui atendido. E, naquela aflição, o Gilson de Barros, que era também do PMDB, com aquele corpão dele, decidiu ir salvar o Deputado Mário Juruna e o Prefeito Riva.

Quando desceu lá, os índios disseram: “Você também está preso!”. Aí foi aquela confusão toda, o cabelo que o Gilson de Barros tinha na cabeça subiu e ficou igual pau para cima. Nunca teve tanto medo na vida dele.

Foi uma penúria! Eu sei que o Prefeito Riva, na época, conseguiu, numa dormida de olho, o piloto abriu a porta e o Prefeito entrou e veio no primeiro avião, antes do Gilson de Barros.

Então, aquilo foi uma luta. Quando nós conseguimos resolver o problema dos índios, a verba já não estava mais depositada na conta desse projeto. Perdemos a instalação de 30 megawatts, que seria a redenção de Juara. Isso há 20 anos atrás.

Deputado, então, isso que falaram aqui sobre Vossa Excelência é muito pouco em relação ao que Vossa Excelência é, Vossa Excelência é um lutador, é um batalhador, é um trabalhador (PALMAS).

A segunda questão é a seguinte: Alguém pergunta aqui quanto é que esses 10%, dessa nossa proposta de retirada de lucro dos bancos, representam em termos de emprego?

Então, esses 10% representam, aproximadamente, dois bilhões de reais. Esses dois bilhões de reais, a quinhentos reais, aproximadamente, daria quatro milhões de emprego, de Primeiro Emprego, que é exatamente o volume de jovens desempregados que nós temos hoje. Nós temos 4,2 milhões de jovens desempregados.

Cuiabá, por exemplo, Deputado, tem sessenta mil pessoas desempregadas e nós temos vinte e oito mil jovens desempregados em Cuiabá. Cuiabá é a terceira cidade mais violenta do Brasil. Nós temos seiscentos mil habitantes e somos a terceira cidade mais violenta do Brasil. Infelizmente, essa é a realidade.

Então, Deputado, o terceiro assunto que eu queria enfatizar e pedir é o seguinte: Eu tive oportunidade de participar de grandes projetos que tiveram grandes resultados no Brasil. Eu fui um dos assessores do Ministro Paulinelli, que elaborou o Programa POLOCENTRO, que gerou todo esse processo que hoje virou o agronegócio, que é a grande salvação do Brasil, hoje, em termos de balança, de pagamento, essa coisa toda. Está salvando o Brasil. Aí do Brasil, hoje, se não tivesse o agronegócio. Mas Bento Porto foi um dos assessores que criou o POLOCENTRO. Eu fui um dos assessores do Governo Fragelli que ajudou na criação e construção do CPA, do Verdão, tiramos o Palácio do Governo do centro da cidade para o Palácio Paiaguás, onde estão as Secretarias. O Programa PRODEPAN.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Esse projeto que estou colocando aqui, não é um projeto sonhador, não, Deputado, é um projeto que tira apenas 10% do lucro líquido, descontado Imposto de Renda dos bancos. Não é sonho, não, isso aqui é uma coisa factível.

É verdade, Zanata, que você tem que treinar o pessoal; é verdade que essa carga tributária em cima das empresas, tanto no que diz a emprego, como também no que diz a outros aspectos, é massacrante, o Brasil perde competitividade com outros países, o Brasil... está difícil.

Mas esse projeto, Deputado, eu queria fazer um apelo a Vossa Excelência que com sua força, sua determinação, a representação que a nossa Assembléia Legislativa tem hoje no contexto nacional, nós pudéssemos levar adiante isso aqui para chegar às mãos do Presidente da República e, quem sabe, se criasse um fundo nacional, porque muitas coisas, eu ouvi falar aqui, os palestrantes, Deputado, que, por exemplo, treinamento de pessoal, educação, muitas coisas, isso tudo é importante, mas se não tiver o dinheiro, se não tiver o “ko”, a coisa não funciona! Então, o dinheiro é importantíssimo para que todas as coisas funcionem. O bem-estar dessas famílias, desses desempregados, dessa gente...

Então, eu gostaria de entregar oficialmente a Vossa Excelência este Projeto, não como uma coisa sonhadora, não, mas como uma coisa factível de solução. Eliminava toda essa parafernália de coisinhas que existem por aí e entraríamos numa coisa que seria decisiva para resolver, por atacado, um problema que massacra a família brasileira, a família cuiabana, todo mundo em geral e esse problema do desemprego.

Eu agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me deu de estar aqui nesta Audiência pública e espero que ela tenha sido proveitosa para todos nós aqui e no interesse do primeiro emprego no Brasil, desse Projeto tão importante. Eu tenho certeza de que Vossa Excelência levará adiante esse pleito oriundo desta Audiência Pública. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR PRESIDENTE (RIVA) - Queremos agradecer o Dr. Bento Porto. A iniciativa do Dr. Bento Porto, é lógico, merece ser levada adiante, mas eu tenho as minhas dúvidas se o Congresso Nacional tem coragem, e o próprio Presidente Lula, de mexer no lucro dos bancos. Se fosse para mexer no nosso, que é menor, eu acho que aí sim seria mais fácil, mas é uma preocupação. Nós não podemos, simplesmente estou achando difícil, se entregar também. Acho que é preciso lutar por ela. Nós podemos fazer uma iniciativa por parte das Assembléias, das UNALÉs. Todas as Assembléias Legislativas encaminhar uma indicação aprovada da proposição para o Congresso Nacional, para o Presidente Lula, e começar uma mobilização, na véspera do dia 01 de maio de 2004, quem sabe, poderíamos estar aqui no dia 01 de maio de 2005, comemorando uma grande conquista. Vamos lutar por ela.

Eu quero agradecer as palavras elogiosas do Dr Bento, e acho que o Doutor Bento não sabe até hoje como eu saí vivo lá da reserva indígena, não sabe o argumento que sei... (RISOS). Os índios estavam doidos pela cabeça do Bento Porto. Eles queriam a cabeça do Bento Porto. Eu não esqueço nunca dessa data. Isso foi exatamente em maio de 1983, perdão, setembro de 1983, quando aconteceu tudo isso.

Eu era o primeiro prefeito eleito do município, e lutávamos para construir uma usina de 31,2 megawatts. Naquele momento, a usina, para vocês terem uma idéia do que era o interior, supria todo o Nortão do Estado: Sinop, Alta Floresta, Juína. E Juara consumia pouco mais de um megawatt. Acho que nem um megawatt, naquela ocasião.

Quando eu assumi a Prefeitura do Município, Juara tinha seis mil ou sete mil habitantes, e tinha quatro mil eleitores. Então, era uma luta, tinha os recursos aprovados e nós fomos surpreendidos pelos índios. O Doutor Bento Porto acertou em cheio ali com a conspiração dos peemedebistas... (RISOS), lá de Juara. A Janete está achando ruim ali (NA PLATÉIA), porque o pai dela era o grande líder do PMDB na época, lá.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Mas tudo é brincadeira, é relembrar. Mas eu só lembro que fiquei quase um mês sem ouvir quase nada, de tanto ficar levando tiro de calibre 12 beirando o ouvido. E os índios queriam a cabeça do Doutor Bento. Aí eu lembrei, junto com o piloto, de falar: Olha, nós podemos buscar o Doutor Bento Porto, ele está em Juara... (RISOS NA PLATÉIA), e o filho da puta do piloto entra dentro do avião e fecha a porta, e ficou eu batendo na porta... (RISOS). Consegui entrar dentro do avião. Na hora que o piloto levantou o avião, ele falou assim: mas, o senhor vai voltar aqui com o Doutor Bento? Eu falei assim: você está louco, rapaz, não volto aqui nunca mais (RISOS). Nunca mais voltei na reserva Caiabi. Tenho um grande respeito pelos índios Caiabis, pelos Apiácas, mas foi um grande erro que eles cometeram na época.

Isso depois de ter feito um acordo que os ajudava muito. Naquela época, eles receberiam quinhentas vacas criadeiras, eles receberiam assistência médica à saúde, teriam garantia de demarcação, de respeito à área indígena deles. Quer dizer, foi um acordo envolvendo a FUNAI, o INCRA, a prefeitura, a sociedade organizada. O povo de Juara ajudaria a pagar, a CEMAT ajudaria a pagar, não é Sr. Bento Porto? Infelizmente, nós acabamos perdendo a usina, mas ficou a experiência de uma luta que não foi, de todo, em vão. Depois, pudemos tirar proveito dessa situação.

Eu quero agradecer ao Sr. Bento Porto, ao Sr. Mário Zanata, ao Prefeito Ezequiel, ao Secretário do Sindicato dos Bares e a todos os participantes. Também gostaria de indagar se alguém da platéia tem alguma pergunta, alguma sugestão... (PAUSA)

Então, eu agradeço. Esta discussão não se encerra aqui, hoje. Está apenas iniciando. Nós teremos a oportunidade de fomentá-la no nosso dia-a-dia, aqui na Assembléia Legislativa. Quem tiver alguma sugestão pode se dirigir à Assembléia Legislativa ou ao Sr. Bento Porto, a quem quero parabenizar pela iniciativa de ter solicitado esta audiência pública.

Para encerrar, convido todos a porem-se em pé para a execução do Hino de Mato Grosso, que é o mais bonito do Brasil.  
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em tempo, eu quero esclarecer que quando os índios queriam a cabeça do Sr. Bento Porto - ele defendia a construção da usina, através da Câmara - porque na *Voz do Brasil* o Sr. Bento Porto defendeu a construção da usina e os índios ouviram. É por isso que os índios queriam pegar o Sr. Bento Porto. Ele foi inteligente demais não indo lá naquele dia.

Só a título de informação, eu quero dizer que nós estamos distribuindo uma cartilha, denominada "Por Dentro do Parlamento". É uma produção da Mesa Diretora, em conjunto com a nossa Secretaria de Imprensa, através do Secretário Ramon Monteagudo. Eu quero parabenizar o Secretário Ramon pela excelente idéia de oportunizar que a sociedade mato-grossense conheça o Parlamento um pouco mais e as funções dos Deputados. Então, leiam atentamente esta cartilha, para tomar conhecimento dos trâmites de uma matéria legislativa.

Nós lançaremos, em breve, mais uma produção de uma série sobre desenvolvimento econômico; um livro sobre a Amazônia brasileira e, dentro desse contexto, a Amazônia mato-grossense, que, muitas vezes, é pouco comentada. Então, nós queremos mostrar a realidade dos nossos "Amazonas", das pessoas que vivem na Amazônia brasileira, em especial na Amazônia mato-grossense.

Eu gostaria de pedir àqueles que não receberam a cartilha e que tiverem interesse, que a levem para seus filhos. Essas cartilhas serão distribuídas especialmente para os alunos das escolas públicas, para os acadêmicos, para eles tomarem conhecimento das funções dos Deputados e em que a Assembléia Legislativa pode ser útil no dia-a-dia. Parece-me que foram feitos dez mil exemplares.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO,**  
**REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2004, ÀS 09:00 HORAS.**

---

Nós temos um programa chamado “Por dentro do Parlamento”. O que é esse programa? Todos os dias de Sessão são trazidos para a Assembléia alunos de uma escola, para conhecerem a Assembléia Legislativa, conhecerem o que o Deputado faz e saberem qual a atividade do Parlamentar aqui.

Nós vamos ampliar esse programa cada vez mais. Na nova sede, inclusive, o Programa “Por Dentro do Parlamento” terá um espaço maior, para que toda a sociedade mato-grossense possa ter conhecimento das nossas funções.

Quero agradecer a participação de todos e nos colocar à disposição. Continuem vindo sempre, não só às audiências públicas, mas às reuniões das comissões. A Mesa Diretora se preocupou muito em melhorar a qualidade dos trabalhos nas comissões. Nós teremos, a partir de agora, assessores permanentes para as comissões mais importantes da Casa. Quando os senhores não tiverem acesso a um Deputado, procurem os assessores das comissões para conversar, dar idéias, inclusive sobre alguns projetos que estão em tramitação na Casa.

Muito obrigado, Sr. Bento Porto, Sr. Mário Zanata, Sr. Presidente da AMM e a todos que participaram desta audiência pública. Um abraço a todos (PALMAS).

Declaro encerrada a presente audiência pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Isabel Luíza Lopes.

- Revisão:

- Ana Lúcia Bigio;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.